

SESSÕES DO PLENÁRIO

53ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 31 de maio de 2016.

PRESIDENTE: DEPUTADO ADOLFO MENEZES (1º VICE-PRESIDENTE)

À hora regimental, verificou-se, na lista de presença, o comparecimento dos senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Castro, Alan Sanches, Alex da Piatã, Alex Lima, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Antônio Henrique Júnior, Augusto Castro, Bira Coroa, Bobô, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, David Rios, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fábio Souto, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gika, Herzem Gusmão, Hildécio Meireles, Ivana Bastos, Jânio Natal, José Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Leur Lomanto Júnior, Luciano Ribeiro, Luciano Simões Filho, Luis Augusto, Luiza Maia, Manassés, Marcelino Galo, Marcell Moraes, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maquinho Viana, Neusa Cadore, Pablo Barrozo, Pastor Sargento Isidório, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Robério Oliveira, Roberto Carlos, Robinho, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Soldado Prisco, Targino Machado, Tom Araújo, Vando, Zé Neto, Zé Raimundo e Zó.(62)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Requerimento. (Lê): *“Os deputados infrafirmados, com base no que dispõe o inciso II, art.92 do Regimento Interno requerem a convocação de uma Sessão Extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com objetivo de apreciar o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.505/2016. Sala das Sessões. 31/05/2016.”*

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Leitura do expediente.

OFÍCIO

Do Deputado Gika comunicando que, devido a procedimento cirúrgico, esteve ausente das sessões por um período de 07(sete) dias, contados a partir do dia 12 de maio de 2016, conforme atestado médico apresentado.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Para iniciar o Pequeno Expediente concedo a palavra ao deputado Roberto Carlos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, povo que prestigia esta Casa, vejo que as galerias Paulo Jackson estão repletas de pessoas. Gostaria de registrar nos anais desta Casa um fato que me deixou bastante triste quando fui provocado pelo deputado Eduardo Salles, enquanto presidente da Comissão de Agricultura e Política Rural. É o fato – Sr. Presidente – que foi tema, hoje, de uma audiência pública da Comissão de Agricultura e Política Rural – deputado Euclides Fernandes – para tratar de um empasse muito grande que, se não está emperrando a economia do nosso País – principalmente da Bahia – vai bloquear de forma sistemática, de forma arbitrária a economia da nossa Bahia.

Estou falando porque o Ministério Público Federal e o Ministério Público Estadual enviaram à FEBRABAN – Federação dos Bancos – uma recomendação, Sr. Presidente, para que todos os bancos, principalmente os bancos oficiais: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste, não abram créditos para a agricultura, para os produtores rurais.

Isso é lamentável, porque todos nós sabemos que, principalmente o semiárido da Bahia, necessita do financiamento desses bancos para tocar os seus negócios. E aí, o Ministério Público acusa o governo do Estado de emperrar o licenciamento que daria condições legais para os bancos liberarem os recursos.

Tivemos essa audiência pública hoje, Sr. Presidente, que contou com a participação do Ministério Público Federal; do Ministério Público Estadual; do INEMA; do Ibama; dos bancos e de 14 deputados estaduais da Comissão de Agricultura e Política Rural, para buscarmos uma solução. Não é admissível que o Ministério Público Federal, Estadual e as secretarias, principalmente do Meio Ambiente possam atrapalhar o desenvolvimento dos produtores rurais da Bahia.

Fizemos esse apelo, estamos encaminhando um documento ao governador Rui Costa para buscarmos uma solução. Inclusive, estou solicitando uma audiência com o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Casa Civil do governo

Rui, a Secretaria do Meio Ambiente, para, junto com os deputados da comissão, buscar uma solução.

Não pode continuar desta forma. Os bancos têm dinheiro para emprestar aos produtores rurais da Bahia e é uma função social do banco, também, emprestar esses recursos. E aí, eis que tem esse impasse. Nós estamos lamentando a situação gerada por esta posição do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual de recomendar aos bancos que não abram crédito, que não liberem o dinheiro, os recursos para os produtores rurais. Produtores esses que colocam os seus produtos nas nossas mesas todos os dias.

Por isso, Sr. Presidente, que estamos solicitando flexibilidade ao Ministério Público Federal, ao Estadual e ao Governo, para que possamos resolver, imediatamente, esta situação e que ela não venha a causar mais prejuízos à economia do nosso Estado, porque o Ministério Público alega que o Governo, através de um decreto de 2014, libera qualquer tipo de financiamento desses bancos sem a licença ambiental.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir, deputado.

O Sr. ROBERTO CARLOS:- Entendemos que há uma necessidade de liberação desses licenciamentos ambientais, mas não podemos também burocratizar.

Está aqui nas minhas mãos o documento do Ministério Público Federal recomendando aos bancos a não liberação desses recursos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, tenho utilizado esta tribuna, aqui, frequentemente, para cobrar a atenção do governo do Estado em relação à segurança pública do interior da Bahia. E queria, mais uma vez, relatar a onda de violência que vem ocorrendo no interior da Bahia, especificamente, no município de Itacaré: onda de assalto, de furtos, de homicídios e de assassinatos, levando insegurança à população de Itacaré.

Os comerciantes estão apavorados, vários comércios já foram assaltados e estão cobrando uma atitude do Governo do Estado. A Associação de Comerciantes do município de Itacaré já encaminhou uma carta ao governo do Estado, especificamente à Secretaria de Segurança Pública, mostrando as ocorrências no município de Itacaré.

Uma onda de violência sem fim, num município importante do nosso estado, um município conhecido nacionalmente pelas suas belezas naturais, um município que depende do turismo para sobreviver. A economia depende do turismo, mas, infelizmente, a sua imagem está ficando desgastada, manchada com a violência que

vem ocorrendo em Itacaré.

Então, fica aqui o meu registro, mais uma vez, e o meu alerta ao governo do Estado para que olhe com atenção o município de Itacaré e priorize a segurança pública do nosso estado e para que priorize a segurança pública no município de Itacaré.

Repito, uma cidade importantíssima, polo turístico do nosso estado, conhecida pelas belezas naturais e que precisa, sim, ser priorizada pelo governo do Estado e que tenha, sim, uma segurança pública de qualidade para que os turistas possam visitar Itacaré de forma tranquila para apreciar as suas belezas naturais.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Fátima Nunes, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, naturalmente concordando com as palavras do deputado Roberto Carlos de que nós precisamos do fomento para a agricultura no nosso país, não podemos ver acontecer tantos entraves pela luta jurídica, política, que de certa forma dificulta o trabalho dos nossos agricultores, principalmente dos da agricultura familiar. Nesse caminho de defesa do fomento, do apoio aos agricultores, eu quero também deixar registrado aqui o meu protesto. Não somente ao golpismo, não somente dizer fora Temer, que é o que todas as vozes das ruas estão dizendo; mas, mesmo nesses poucos dias desse governo usurpador e interino, ele vem aplicando o que nem poderia, porque há ações na justiça segundos as quais em nada ele deveria mexer, a exemplo das leis, dos projetos, no orçamento, porque ele é apenas um ocupante, por alguns dias, desse cargo, enquanto o golpismo comandou no Congresso Nacional e no Senado.

Mesmo assim, nós assistimos, de uma tacada só, em uma canetada, a destruição não apenas do Ministério da Cultura – o que por si só também já é um grande atraso e um retrocesso – mas também a do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assim, todas as políticas que nos últimos anos favoreceram e permitiram que o pão pudesse chegar com mais qualidade e com maior quantidade, na mesa dos brasileiros, ficam, hoje, prejudicadas devido à ausência do Ministério do Desenvolvimento Agrário, devido à dificuldade de o INCRA levar à frente as suas ações, com a extensão da Delegacia do Ministério da Agricultura e todas as suas políticas – desde aquelas que favoreciam os pequenos projetos produtivos, como a organização das cooperativas, como a organização da produção das mulheres que trabalhavam em várias atividades do campo. A tudo isso, hoje, nós estamos assistindo com um prejuízo imenso, sem a menor dimensão de quando isso vai se resolver; porque nesse período, que, inclusive, para muitos estados do Brasil é o período de plantação, nós estamos com todas essas políticas prejudicadas. O Banco do Nordeste está atrasando os financiamentos com os

convênios que foram assinados com os movimentos sociais para a implantação da assistência técnica, para a construção dos programas de Cisternas e para o programa Mais Água, todos eles impedidos e sem saber como serão resolvidos.

Um dia esse governo, que não sabe para onde vai, extingue o Ministério e no outro dia ele cria uma secretaria e a coloca designada a atender através da Casa Civil. Portanto, todo esse percalço pelo qual o Brasil está passando, que afeta a agricultura familiar – a grande geradora de emprego, de mão de obra e de oportunidade para que as pessoas possam morar no campo e não precisem vir para as grandes cidades... Até porque nós sabemos como foram esses últimos 13 anos, quando as pessoas receberam o programa Luz para Todos, equipamentos agrícolas para que pudessem ser feitas as estradas, as aguadas, para que muitas regiões construíssem barragens para acumular água e assim facilitar a convivência no semiárido. Tudo isso está interrompido hoje, trazendo muita preocupação, muita insegurança e muita dificuldade para os agricultores.

Queria registrar que nesta semana, que celebra o Meio Ambiente, também é necessário fazer esse debate sobre a convivência no semiárido, sobre todas as políticas públicas que favorecem esses homens e as mulheres, para que possam continuar vivendo no semiárido de forma digna, justa e feliz.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pela ordem, o deputado Leur Lomanto.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Quero solicitar uma verificação de quórum para a continuidade da sessão.

A Sr^a Fátima Nunes:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- Pela ordem a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a Fátima Nunes: - Sr. Presidente, solicito que V.Ex^a considere o tempo regimental e faça a chamada nominal dos Srs. Deputados, para que os mesmos possam adentrar ao Plenário e marcar as presenças.

O Sr. PRESIDENTE (Roberto Carlos):- V.Ex^a será atendida.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Solicito que seja marcado o tempo regimental e que o painel seja apagado.

Senhores Deputados e Deputadas, há um pedido de verificação de quórum, para a continuidade da presente sessão, formulado pelo deputado Leur Lomanto Júnior e pela deputada Fátima Nunes.

Os Srs. Parlamentares que estão no cafezinho, em seus gabinetes, nos

corredores, ou em qualquer dependência desta Casa, há um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, quero lembrar que amanhã será a reunião da Unale, em Aracaju.

Os Srs. Deputados que desejam ir, se prontifiquem. Infelizmente, por enquanto, apenas 3 deputados confirmaram as presenças. O próprio presidente da Unale esteve pessoalmente aqui para nos convidar.

A Srª Fátima Nunes:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, a deputada Fátima Nunes.

A Srª Fátima Nunes:- Sr. Presidente, a minha questão de ordem é para que V.Exª faça soar, mais uma vez, as campainhas e convide os deputados e deputados que estão no cafezinho, no saguão, na biblioteca, nas comissões e nas lideranças, para que adentrem, o mais rápido possível, no Plenário.

Hoje temos uma sessão importante, em que debateremos vários temas, votaremos muitos projetos – entre eles as contas do nosso ex-governador Jaques Wagner. Portanto queremos a presença imediata dos pares no Plenário.

Solicito ao deputado presidente, Marcelo Nilo, que faça soar as campainhas, para que sejam ouvidas nos gabinetes. Certamente o sistema da *TV Assembleia* está ligado, todos os assessores poderão ligar para os celulares dos deputados, a fim de que venham ao Plenário o mais rápido possível.

O Sr. Roberto Carlos:- Sr. Presidente Marcelo Nilo, peça ao nobre deputado Leur Lomanto Júnior para registrar presença, porque o nosso querido deputado fez a solicitação. Ele quer fazer o gol aos 45 minutos do segundo tempo. Seria bom que o deputado, como autor do pedido da verificação do quórum, pudesse, também, registrar sua presença. Eu sei que o deputado Leur Lomanto é um grande deputado, que tem questionado muito os governistas, e ele não pode, de forma nenhuma, só dar presença aos 45 minutos do segundo tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vejam bem, se for por acordo, já que quem pediu foi o deputado Adolfo Viana, vamos sugerir o seguinte: já que V.Exª pediu, se os deputados do governo concordarem, encerramos a sessão para começar a extraordinária. Tudo bem?

(Vários deputados se manifestam fora dos microfones.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Exª não quer derrubar? Não estou entendendo nada. Eu estou querendo atender V.Exª. Até atender V.Exª é difícil.

(Vários deputados se manifestam fora dos microfones.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Tudo bem. Eu quero atender a Oposição e a Oposição não quer.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, a intenção, realmente, não foi

derrubar a sessão. O que eu quero, o que eu gostaria era de ter o Plenário cheio, para que pudéssemos discutir aqui as contas do ex-governador Jaques Wagner.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Então, V.Ex^a peça aos deputados da Oposição para darem quórum, porque, com certeza, a presença vai ficar mais eficaz.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Breve. Temos ainda 9 minutos e 20 segundos.

(Continua a verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já temos quórum.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o próximo orador, o deputado Zó, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ZÓ:- Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, é com muita satisfação que venho mais uma vez a esta tribuna trazer uma notícia boa da região Norte da Bahia, da minha cidade Juazeiro...

O Sr. Adolfo Viana:- Da nossa...

O Sr. ZÓ:- (...) da nossa cidade, como disse o deputado Adolfo Viana, já que ele é vizinho, de Casa Nova, e também teve uma votação expressiva na nossa cidade. Tanto quanto eu tive, também, na sua cidade, em Casa Nova, e assim a vida segue, e estamos aqui no Parlamento.

Mas este registro, meu caro deputado Bira Corôa, é de que no mês de abril a cidade de Juazeiro, pelos dados do CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados –, foi a cidade que gerou mais empregos no mês de abril no Brasil. Isso não é um dado pequeno. É um dado importantíssimo, porque não é um dado só do mês de abril. Juazeiro, depois da gestão do prefeito Isaac, do PCdoB e dos partidos aliados, como o PT, PSB, PP, PR e outros partidos que estão lá conosco, saltou para as cidades que mais geram empregos. No ano passado, por exemplo, fomos a primeira do Nordeste. Perdíamos somente para Franca, em São Paulo.

Então, esse dado é importante, porque num clima de pessimismo, num clima de crise que se gera no Brasil, conseguimos fazer de Juazeiro a cidade que mais gerou emprego no mês de abril no País. Inauguramos um shopping no dia 22 de março naquela cidade. Atraímos diversas empresas nesses últimos 8 anos. Foram mais de 70 empresas instaladas no nosso distrito industrial, que antes da nossa gestão era um espaço sem ocupação, um espaço onde só existiam muito poucas empresas. E, hoje, Juazeiro desponta.

Sei que, naturalmente, pessoas que são da oposição política na nossa cidade, tentarão diminuir essa nossa vitória, que é a vitória da sociedade de Juazeiro. E queremos trabalhar para que outras cidades do sertão baiano, que durante muito tempo sobreviveu da aposentadoria, da pequena criação rural de caprinos e ovinos, também possam ter isso.

Então, Juazeiro sai adiante. Juazeiro gera emprego. Juazeiro cresce, tem grandes obras e, em parceria com o governo Lula, com o governo Dilma, com o

governo Wagner, com o governo Rui, segue adiante. Juazeiro é conduzida no rumo certo, no rumo do crescimento econômico, no rumo das oportunidades, no rumo da atração de investimentos, no rumo da educação nota 10 que nós temos lá, no rumo da climatização de escolas, no rumo do abastecimento de água no interior, no rumo de oportunidades, em um conjunto de coisas que geram e vão continuar gerando emprego.

Quero fazer um registro importante também aqui desta tribuna: muitos empregos informais são gerados em Juazeiro por conta da agricultura irrigada, que lá tem um papel muito forte. Por exemplo, a nossa Ceasa gera diversos empregos que não são contabilizados no Caged. Então, o que são dois mil empregos no saldo de abril devem ser muito mais ainda. Porque as empresas de produção de frutas, principalmente manga e uva, têm diversos trabalhadores dos pequenos produtores que não registram a carteira, porque são trabalhadores que vão lá fazer uma diária de limpeza na manga, de trabalho na uva, na goiaba, de colheita, de carregamento e embalagem e que não são contabilizados no Caged. O plantador de cebola dos projetos irrigados de Salitre e Tourão, que plantam diversas culturas, como o melão. Também em Maniçoba, Curaçá, Mandacaru, nesses projetos todos, boa parte dos empregos não é contabilizada.

Queremos comemorar essa vitória, que é do povo firme, forte, trabalhador de Juazeiro, que depois dessa gestão ergueu a cabeça e hoje pode dizer: “Temos grandes investimentos, grandes empresas, números importantes que apontam que Juazeiro deve seguir esse mesmo rumo”. Deve seguir no rumo certo, porque a cidade que antigamente servia de chacota para a cidade vizinha, Petrolina, hoje anda de mãos dadas com o crescimento, atraindo investimentos, indo para frente.

Viva Juazeiro! Juazeiro para frente! Viva o Vale de São Francisco! Porque, certamente, as outras cidades crescem também junto com Juazeiro. Um grande abraço para o prefeito Isaac, que fez essa grande obra de atração de investimentos e de empresas e geração de emprego para a nossa cidade.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o próximo orador, deputado Hildécio Meireles, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, caro público aqui presente, senhores funcionários e funcionárias, tenho ouvido e assistido algumas vezes a deputados, colegas deputados, nobres deputados do Partido dos Trabalhadores virem a esta tribuna com o discurso requeentado, com cheiro de mofo, a falar de golpe no Brasil. Por mais respeito que eu tenha a todos os senhores colegas – e tenho que ter mesmo, porque tenho a absoluta certeza de que nenhum de nós aqui estamos metidos ou envolvidos naquele lamaçal que vemos no

governo central –, mas eu preciso dizer que não vejo autoridade em nenhum parlamentar do Partido dos Trabalhadores para subir a esta tribuna ou à tribuna de qualquer parlamento neste País para defender o governo da ex-presidente Dilma Rousseff.

Parece, meu caro deputado Sandro Régis, que os políticos do PT estão sofrendo de amnésia, minha nobre deputada Luiza Maia. Não precisamos fazer um exercício de memória tão grande para lembrar que a presidente Dilma, quando no mandato, foi flagrada em uma conversa com o ex-presidente Lula, oferecendo-lhe um documento para usar, se fosse necessário, para criar barreiras e dificuldades para a Justiça brasileira. E, agora, a presidente Dilma parece que está sofrendo de uma amnésia aguda, porque ela, a meses atrás, se referia a um determinado delator com a seguinte frase: “Eu não respeito delator!” Esta foi uma frase proferida pela então presidente Dilma Rousseff. E agora ela quer surfar nas gravações do Sr. Sérgio Machado. Ela esquece que aqueles crimes que foram ali falados naquelas gravações – porque, de fato, ocorreram – aconteceram debaixo do nariz dela. Ela era Presidente da República!

Ou será que as coisas que aconteceram neste País, meu nobre presidente, aconteceram nesses 19 dias? Eu, de fato, já disse aqui e repito: se eu fosse o presidente Temer, não teria nomeado Jucá, não teria nomeado ninguém indicado por Renan Calheiros, não nomearia ninguém que tivesse tido algum vínculo nem com Dilma, nem com Lula! Porque o problema nasceu ali, foi o Partido dos Trabalhadores... Aliás, esse Sérgio Machado tem de ser penalizado mesmo, estava no governo há 12 anos! A presidente Dilma teve várias oportunidades de exonerá-lo, e não fez.

Em setembro de 2014, ele foi denunciado pelo Ministério Público Federal e a presidente Dilma no processo de reeleição disse, apenas, que aquilo eram denúncias de período eleitoral. Mas em outubro, mais uma vez, ele declarou – o Paulo Roberto Costa – que todo mundo sabe quem é, declarou à Justiça Federal que teria recebido das mãos de Sérgio Machado R\$ 500 mil, e por aí vai.

O que é que temos visto, deputado Bira Corôa? De fato, o presidente Temer vacilou quando nomeou. Mas, imediatamente, exonerou quando o problema foi trazido à tona! Enquanto no governo da presidente Dilma, Mercadante, Wagner, Edinho Silva, Ricardo Berzoini, José Eduardo Cardoso, todos foram denunciados e todos foram flagrados em gravações e não foram exonerados. Aliás, o Sr. Fabiano Silveira fora nomeado pela presidente Dilma para fazer parte do Conselho Nacional de Justiça. O governo da presidente Dilma foi considerado, pelo Centro Mundial da Competitividade, como o pior governo em termos de transparência no mundo! Perde para Venezuela, perde para Mongólia e perde para a Ucrânia. É esse o governo que vocês querem ter de volta, mais uma vez?

Paciência, meus amigos! Muito obrigado, Presidente.

(Alguns deputados da Oposição batem palmas.)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Srs. e Sr^{as} Deputados. Deputado Hildécio, no meu interior tem um ditado, presidente, que diz assim: não mude o rumo da prosa! O que ele tentou aqui, hoje, foi mudar o rumo da prosa, não foi, deputado Bira? Querer justificar que em 19 dias de governo já caíram 2 ministros! E vão cair todos, porque segundo Leonardo Boff, todos estão envolvidos, todos foram denunciados em várias delações, em várias, só o Aécio foram 9 vezes.

Então, não mude o rumo da prosa, deputado, porque, realmente, é uma vergonha, é uma vergonha. O golpe foi desmascarado, ninguém tem mais dúvida do que realmente eles queriam, e agora ficam tentando arranjar um discurso para justificar a conspiração. A presidente Dilma não estava conspirando contra o seu próprio governo, a presidenta Dilma não participou de nada disso. Acho que o erro da presidenta foi tentar implementar uma agenda dos neoliberais, achando que dava para segurar a governabilidade, a famosa governabilidade. Quebrou a cara, mas, hoje, o País e o próprio Senado, se tiver um senador que tenha vergonha na cara não vai votar no impedimento da presidente, que não tem nada a ver com essas histórias. E um presidente explodindo para todo lado com toda a sua armação, tudo que tentaram fazer para barrar. Usurpador, ilegítimo, ilegal, golpista!

E não tem jeito, o Brasil, hoje, se movimenta, em cada lugar que você vai, é pena que as Globos, as Bands, as Folhas e os Estadões não publiquem, mas o País, hoje, se movimenta em cada canto contra o governo golpista. E nós sabemos que a presidenta Dilma está recuperando o seu espaço perdido, ela vai ter que voltar num outro patamar, porque não dá mais para implementar a agenda neoliberal, nem propostas dos neoliberais que estavam junto com ela conspirando e a traindo.

Então, acho que vai ser um momento importante para a vida do Brasil, vai ser um salto de qualidade porque o mundo hoje fala, a imprensa internacional fala de forma negativa do que está acontecendo no nosso Brasil, é realmente uma vergonha, um golpe, uma conspiração, um governo ilegítimo que deu um golpe apenas para barrar a maior investigação de corrupção nesse Brasil.

E no governo dele, todo mundo sabia, todo mundo conhece, no Brasil, nunca se combateu, nunca se investigou corrupção da forma que está sendo feita. Falar dos horrores que ele está fazendo no seu mandato com seus ministros é uma crise atrás da outra, sabemos que acabaram com ministérios importantes, o foco é diminuir o tamanho do Estado para poder retirar as conquistas sociais.

Presidente, por favor aí. Presidente!

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não deputada.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Eu quero que o senhor ouça o que estou falando.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu estou atendendo 3 deputados. O ouvido esquerdo para V.Ex^a e o ouvido direito para os outros deputados.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Veja bem presidente, o que eu estava dizendo aqui, é que o que está acontecendo no nosso Brasil, hoje, não tenho a menor dúvida, que o senador que tiver vergonha na cara não vai votar pelo impedimento da nossa presidente. Ela hoje recupera o espaço perdido, porque está desmascarando o golpe e não adianta o nosso querido deputado ficar aqui querendo mudar o rumo da prosa, o rumo da conversa, como disse inicialmente, porque o País está conhecendo o que foi que aconteceu, o golpe foi para barrar a investigação, estão todos envolvidos, inclusive, o presidente golpista, usurpador, ilegítimo e ilegal.

Mas, Sr. Presidente, quero deixar registrado, aqui, o meu repúdio a esse fato ocorrido, do estupro coletivo com a adolescente do Rio de Janeiro, que está tendo repercussão fora do Brasil e sabemos que esse tipo de prática é uma vergonha e um sofrimento para as mulheres.

Quando a Banda New Hits praticou, aqui, na Bahia um estupro coletivo daquelas 2 adolescentes de Itaberaba, em Rui Barbosa o crime, dizíamos que esse tipo de prática que banaliza, que não prende. Estão aí condenados, 11 anos e 8 meses de cadeia, estão soltos, desmancharam a Banda News Hits e criaram a La Fúria que é do mesmo porte, do mesmo gênero da baixaria, da desmoralização, do desrespeito à sexualidade da mulher. E estamos vendo aí agora no Piauí e no Rio de Janeiro, porque é assim a baixaria, o desrespeito e a desvalorização da mulher na cabeça desse pessoal.

Então, peço à justiça que puna com rigor esses estupradores, porque as mulheres querem ter uma vida de paz e uma vida sem violência.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. PABLO BARROZO:- Sr. Presidente, estudantes, membros que estão nas Galerias, deputados e deputadas, amigos baianos e baianas que estão nos assistindo através da *TV Assembleia*. Hoje, iremos apreciar e votar as pedaladas do ex-governador Jaques Wagner e mais tarde teremos oportunidade de tratar desse assunto.

Entrei com uma ação popular, deputado Sandro Régis, contra o aumento proposto pelo governo do Estado pela Embasa, autorizado através da Agersa um aumento abusivo, porque, num momento de crise econômica, no momento em que as pessoas são demitidas do emprego, no momento em que há aumento de diversas tarifas propostas pelo governo federal e pelo governo do Estado, há mais um aumento

abusivo. Temos que levar em conta os 5 anos consecutivos, desde 2002, em que a Embasa e o governo do Estado propõem um aumento acima da inflação.

Deputado Vando, atendendo a uma ação popular que propus, uma liminar foi julgada e concedida, hoje, deputado Adolfo Viana, para suspender esse aumento de tarifa abusivo proposto pela Embasa e pelo governo do Estado. Eu fico muito feliz porque os baianos, além de deixarem de ter o seu orçamento mensal prejudicado com o aumento dessa conta – ele iria aumentar a conta de qualquer cidadão baiano, e os comerciantes iriam repassar para seus clientes: os baianos seriam prejudicados como um todo... Esse aumento não se justifica, porque, repito, é acima da inflação. Não há justificativa para a Embasa, por 5 anos consecutivos, a despeito da sanha arrecadadora abusiva de encher os cofres públicos, perdendo o objetivo da sua origem, que é o de prestar um bom serviço – e todos nós baianos sabemos que a Embasa não presta um bom serviço... Existem lugares onde a água é salgada; existem lugares onde a água chega escura; existem lugares onde a água chega de uma forma que não há condição de o ser humano fazer uso. Além do mal serviço que a Embasa presta, ainda temos que ver um aumento abusivo.

E o juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública teve a sensibilidade de acatar o pedido de liminar movido através desta ação popular com a qual ingressei, deputado Bira, com esse intuito. V.Ex^a, que é defensor dos baianos e das baianas, com certeza, também está feliz.

Eu entendo a posição de V.Ex^a, porque é governista. Mas o governo tem que ter sensibilidade. E o governo tem que notar que essa forma de arrecadar, essa forma de governar, com muita propaganda e pouca ação, com aumento de impostos, aumentos de tarifas em época de crise e a falta dos benefícios prestados para a população, em forma de saúde, de educação e de segurança pública, essa forma de governar já está com os dias contados.

Então, venho aqui hoje, meus amigos, e faço referência a todos os deputados colegas de oposição que enfatizaram a importância de entrar com essa ação e que me ajudaram. Quero aqui hoje comemorar junto aos baianos e baianas a concessão, por parte da justiça, mostrando que esse governo não está no caminho certo, que esse governo tem que ter sensibilidade na hora de fazer propostas, ainda mais num ano de crise, num ano de recessão para a população da Bahia.

Nós não conseguimos mais viver com um governo do Estado que não tem sensibilidade alguma para com os baianos. E essa liminar só prova, mais uma vez, que a justiça tarda, mas não falha. O governador irá recorrer e iremos defender, com a justiça, que se faça um aumento que seja justificável, e não esses aumentos abusivos que estão sendo propostos pelo do governo do Estado.

Viva a população da Bahia! Vivam os baianos! Viva a justiça do nosso Estado!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Vou conceder a V.Ex^a. Antes, apenas para informar e agradecer a visita dos estudantes da Escola Municipal Vida Nova, do bairro Caji, de Lauro de Freitas. Prazer grande ter vocês aqui na tarde de hoje.

Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Eu também gostaria de fazer uma saudação especial aos estudantes que nos visitam, e como hoje é um dia no qual teremos uma sessão um tanto longa. Gostaria de solicitar a V.Ex^a uma verificação de quórum justamente para que os Srs. Deputados se façam presentes nesta sessão tão importante.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- V.Ex^a será atendido.

O Sr. Bira Corôa:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Bira Corôa:- Sr. Presidente, respeitando a solicitação de verificação de quórum proposta pelo nobre deputado, solicito também que sejam acionadas as campanhas, que seja dado o tempo regimental dos 15 minutos e que se permita que os Srs. Deputados possam comparecer a este plenário.

Aproveitando, Sr. Presidente, o restante do tempo desta questão de ordem, quero mais uma vez parabenizar os estudantes que estão nos visitando, conhecendo os nossos trabalhos. Isso é importante para a dinâmica do Estado e para se tomar ciência do papel da Assembleia Legislativa. Portanto, faço uma saudação especial aos estudantes de Direito aqui presentes, que estão acompanhando, durante este dia, os trabalhos desta Casa.

Também, Sr. Presidente, quero aproveitar para dizer que vejo a ansiedade e ao mesmo tempo a apatia, proposta pela Oposição, nesta Casa, quando tenta justificar o injustificável. O golpe está sendo esclarecido a cada dia e nós já levantávamos que era um golpe. Eles tentaram esconder da sociedade brasileira a autenticidade do golpe. E agora não há como segurar, porque o golpe foi montado exatamente na perspectiva de proteger os que estavam cometendo atos ilícitos no Parlamento, utilizando-se do tráfico de influências e de altos benefícios. E aí, quando a presidenta Dilma não topou e não aceitou fazer o jogo de parar a Lava Jato e, conseqüentemente, jogar a sujeira debaixo do tapete, ato costumeiro da política no Brasil, montaram toda uma estratégia para retirar a presidenta Dilma.

Agora, não tem condição de o imposto presidente segurar o compromisso que firmou com os deputados, com o Senado e também com outros setores do poder, exatamente acabar a Lava Jato. E o PMDB vem à tona, mostrando a fragilidade, a pouca capacidade de condução política e administrativa do País.

Mas, Sr. Presidente, também é interessante destacar que Salvador é um município que não atende a questões de saúde, no qual está a cada ano caindo a

qualidade do ensino, pelos cursos oferecidos pelo município; porque a gestão de Salvador não atende aos bairros periféricos da cidade. Não há obras que possam atender a população mais necessitada. Há a necessidade de ter aqui um governador que seja prefeito da cidade para que as ações cheguem até a população.

Essa é a diferença, por isso que todos que ali sobem incomodados e me olham, porque tenho afirmado categoricamente: parabéns, governador Rui Costa. Além de ser governador da Bahia inteiram está assumindo a posição de prefeito de Salvador.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Adolfo Viana:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Peço que o painel seja zerado e que seja contado o tempo regimental. Convido todos os Srs. Deputados que estão em outros locais, atendendo lideranças, na biblioteca, para que se façam presentes, porque há um pedido de verificação de quórum.

Questão de ordem, deputado Leur Lomanto Júnior.

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- Sr. Presidente, vou até marcar a presença para ajudar o governo. Ouvi atentamente o deputado Bira Corôa. Confesso a todos vocês que fiquei sensibilizado com pelas palavras dele. Quero inclusive, deputado Bira, propor que nós aqui façamos uma comissão de alguns deputados para viajar ao Vaticano e propor a canonização da presidente Dilma Rousseff. Porque acho que ela é a grande santa nesse processo.

A presidente Dilma não fez nada, não sabe de nada, é a santa, a vítima de todo esse processo. Então acho que devemos fazer uma comissão de deputados para ir ao Vaticano propor ao Papa a canonização. Deputado Bira, venhamos e convenhamos, como pode a presidente Dilma Rousseff fazer o papel que fez antes de deixar o governo? O deputado Hildécio foi muito feliz: ela foi pega num grampo telefônico, articulando com o ex-presidente Lula a sua nomeação para ministro-chefe da Casa Civil, com o único e exclusivo intuito de livrar o presidente Lula das mãos do juiz Sérgio Moro. Tem coisa pior do que isso, deputado Rosemberg? A grande diferença do presidente Michel Temer é que assim que algum ministro dele – como Romero Jucá – foi envolvido em grampo ele demitiu imediatamente. O outro foi envolvido num grampo sem ter, inclusive, deputado Rosemberg, nenhum tipo de culpa ainda comprovada. Mas isso mostra a diferença de atitude.

V. Ex^{as} querem vir com o discurso de puritano, de que foi um golpe, de que foi tudo arquitetado e orquestrado...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Qual a questão de ordem de V.Ex^a, deputado Leur?

O Sr. Leur Lomanto Júnior:- (...) Eu vou formular, Sr. Presidente. Ainda tenho dois minutos. É vergonhoso vir com esse discurso a uma altura dessa do campeonato. Vamos virar essa página, deputado Bira. Vamos tocar o Brasil para a frente.

Precisamos reerguer nossa economia, precisamos gerar emprego para a nossa população, são quase 12 milhões de pessoas desempregadas. Vamos virar essa página.

É nesse intuito, Sr. Presidente, que concordo com o deputado Bira: temos que ter hoje, aqui, o Plenário cheio, para que possamos discutir as contas do ex-governador Jaques Wagner. Inclusive, faço um apelo ao deputado Adolfo Viana para que retire sua questão de ordem, para que possamos fazer um debate sobre as contas do ex-governador Jaques Wagner.

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, quando fiz a minha questão de ordem foi, justamente, com o intuito de convidar os parlamentares a participarem desta sessão que, julgo, é de altíssima importância. E percebo que os parlamentares atenderam ao chamamento de V. Ex^a e já voltaram a se fazer presentes neste Plenário. Por esse motivo, vou atender à solicitação do deputado Leur Lomanto e declinar da minha questão de ordem, para que a sessão possa continuar.

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Grande Expediente.

Concedo a palavra ao deputado Alan Sanches pelo tempo de até 25 minutos.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente,...

O Sr. Sandro Régis:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- (...) V. Ex^a está inscrito, deputado. Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, cidadãos que nos acompanham nas Galerias Paulo Jackson bem como através da *TV Assembleia*...

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Sr. Deputados, há um orador na tribuna. Eu peço silêncio a V.Ex^{as}.

O Sr. ALAN SANCHES:- (...) utilizo, hoje, o Grande Expediente do DEM para fazer, primeiro, um comunicado a V. Ex^{as}. Estive participando da entrega, que caracterizo como uma coisa fantástica: o coração de Santo Antônio de Jesus, no Recôncavo, que é a Praça Padre Mateus. Uma praça foi projeto de campanha de diversos prefeitos. Os prefeitos que antecederam o nosso prefeito Humberto Leite faziam projetos faraônicos, com garagens subterrâneas, inclusive informando que não tinham condições de fazer uma reforma naquela praça gigantesca com recursos próprios, que necessitavam de emendas parlamentares, que necessitavam de apoio do governo estadual, do governo federal e assim foram se passando 25 anos. E agora, no dia 29, dia do aniversário de 136 anos da emancipação de Santo Antônio de Jesus, o

prefeito Humberto Leite, com recursos próprios, entrega uma belíssima praça.

O deputado Fábio Souto, sempre votado lá e que anda em Santo Antônio de Jesus, sabe como era importante e desejoso isso. A população de Santo Antônio de Jesus. Para que V. Ex^{as} tenham uma ideia, em qualquer pesquisa, após uma eleição, o desejo que aparecia em primeiro lugar para 85% da população de Santo Antônio de Jesus era a reforma e a requalificação da Praça Padre Mateus. O deputado Bira, que também é votado lá, conhece bastante Santo Antônio de Jesus – nos chocamos algumas vezes, no bom sentido –, sabe da importância dessa praça. Graças a Deus ela estava lotada. As pessoas que tiveram acesso às imagens nos sites de notícias e nos blogs perceberam como estava lotada aquela praça e a felicidade estampada na cara dos munícipes de Santo Antônio de Jesus e da região. Vi pessoas, inclusive, de outros municípios que estavam ali para ver essa magnífica obra, feita com recursos próprios da prefeitura de Santo Antônio de Jesus.

Essa é a parte boa de Santo Antônio de Jesus: a prefeitura. Mas quando olhamos por parte do Estado, o município apareceu nos noticiários nacionais assim: do início do ano até aqui, deputado Pablo, foram 20 homicídios. É necessária uma intervenção da segurança do Estado lá. Não é possível que se deixe apenas o tenente-coronel Piton, que tem feito um belíssimo trabalho, mas não está dando conta.

Para que V. Ex^{as} tenham uma ideia, a propaganda sobre as viaturas foi veiculada, deputado Alex Lima, e tem mais de um mês que a viatura de Santo Antônio de Jesus está aqui e não chega na cidade. Não sei onde vai parar essa falta de segurança em Santo Antônio de Jesus. Mais mortes? Já foram 20 crimes.

O Sr. Adolfo Viana:- V. Ex^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES:- O deputado Sandro está inscrito, vou inscrever V. Ex^a assim que termine o raciocínio.

Então é necessário, realmente, que possamos olhar diferente para Santo Antônio de Jesus, que é o berço da região do Recôncavo. Falando isso, vão dizer que falta investimento em segurança, que o governo está quebrado financeiramente. Mas andando por Salvador, andando por essas estradas do Estado da Bahia, temos uma impressão diferente. Quem chega aqui e não é da nossa cidade, não é do nosso Estado tem uma impressão diferente porque é propaganda para todo lado. Há um tempo atrás, trouxe, inclusive, em perspectiva menor, uma torneira que caía água. Esse era o outdoor, a propaganda milionária do governo do Estado: que estava levando água. Ótimo. Precisava aquela propaganda?

Eu também me acostumei na minha vida a ver as propagandas das entregas quando as coisas estavam para ser entregues. No governo do PT é diferente. O HGE 2, que é esperado há mais de 1 ano, tem propaganda dizendo que está feito. Mas está fechado. O HGE 2 está fechado, trancado e não serve ainda à população. Mas quem olha a propaganda vai dizer que já está atendendo. Mentira! É uma propaganda mentirosa.

Acompanhando as propagandas, observamos que o tema do governo do PT quando começou a gestão era educação. E o que foi feito? Você olhava a propaganda apenas para tentar criar uma autoestima, porque ela não dizia nada com nada. Era para fazer a gastança do dinheiro, justificando a propaganda, porque a propaganda da educação não dizia absolutamente nada com nada. Quando digo que não dizia nada com nada é porque se vê na Secretaria de Educação um secretário interino há mais de 2 meses.

Essa é a importância que o governo do PT está dando à educação, com um secretário interino há mais de 2 meses. O PT está querendo fazer política com um secretário que já foi nomeado mas não tomou posse, o senador Pinheiro, que é absolutamente um grande homem, um grande senador. Mas sabemos que não foi por isso que ele foi chamado. O governo do PT está acuado, está com dificuldade para manter seus quadros. E, aí, numa tentativa última, tenta oferecer a Secretaria ao senador Pinheiro para que ele se mantenha aliado ao governo do PT, mas diz que está dando atenção prioritária à educação.

Se V. Ex^{as} fizerem uma reflexão, as visitas que dizem que foram feitas às escolas de todos os municípios... Desafio o governador: o que V.Ex^a fez em alguma escola? Eu estava em Santo Antônio de Jesus, quando eu soube que ele disse o seguinte: “Prefeito, porque o senhor não reúne os empresários para criarem uma sala de vídeo?” Parecia que não era o governador que estava falando. Se ele achava que aquilo ali era importante, que ele tem o interesse principal do governo dele na educação, e ele diz: “Por que não reúne os comerciantes, para poder se fazer uma sala de vídeo”. Pelo amor de Deus! E querem dizer que isto é administração e planejamento.

O Sr. ALAN SANCHES:- Um aparte ao deputado Adolfo Viana, já que o deputado Sandro Régis não está aqui. Depois o Deputado Pablo.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Alan, eu queria parabenizar V.Ex^a pelo uso do Grande Expediente na tarde desta terça-feira e quero concordar com V.Ex^a. Realmente, o atual governo precisa ter um pouco mais de responsabilidade com aquilo que propaga e com aquilo que promete. Quero dar um exemplo, que pra mim é motivo de tristeza absoluta: a cidade de Casa Nova tem o seu maior distrito, populacionalmente falando, que é o distrito de Santana do Sobrado. O Governo do Estado fez diversas propagandas e anúncios, iniciou a obra de uma escola estadual neste distrito. Tem 60 dias que eu visitei essa obra, completamente paralisada, um iniciozinho de muro feito.

O Secretário Osvaldo Barreto esteve aqui na Comissão de Educação, eu o questionei e ele me disse que até o final do ano passado a sua obra estaria pronta. São 5 anos aguardando. Quantos recursos já foram aplicados em propaganda? E a população de Casa Nova aguardando ansiosamente essa escola.

Se formos para a área da Segurança Pública, fizemos aqui uma luta. A Oposição foi a voz dos concursados da Polícia Civil. O governo, depois de muita luta da

Oposição, convocou os policiais para que apresentassem a documentação e fizessem o exame de admissibilidade. Os concursados estão fazendo novamente queixas, porque me parece que eles estão retardando esse processo para só nomearem os policiais perto das eleições. Quer dizer, é um governo que está perdendo a responsabilidade.

O estado da Bahia é um dos mais violentos do Brasil. Quem diz isso não é o deputado Adolfo Viana, quem diz isso é o próprio site da Secretaria de Segurança Pública do Estado da Bahia. Então, eu quero parabenizar V.Ex^a pelo belíssimo pronunciamento e por estar chamando a atenção do atual governo do estado, que merece, sim, ser chamado à atenção por parte deste Parlamento, para que mude a sua conduta. Parabéns para V.Ex^a.

O Sr. ALAN SANCHES:- Eu incorporo o aparte de V.Ex^a, que contribuiu muito para o nosso discurso. E acredito que a propaganda é a alma do negócio, mas para finalizar esse tema de propaganda, nós temos aqui coisas que eu nunca tinha visto: outdoor que parece um trem, falando que é o metrô que está chegando e nada de chegar. Obra tem, a propaganda de promessa, enquanto o metrô não participa efetivamente da vida do cidadão soteropolitano, para mim ele não existe.

Então, não se pode fazer propaganda do que não está ajudando, ainda, a cidade do Salvador, nem o estado da Bahia. Como faltava criatividade do governo do PT para fazer a ganância em propaganda, ele inventou a propaganda da tocha, o que chegou a ser ridículo. É tanto dinheiro que o governo do PT tem, que gastou na propaganda da tocha sem a menor necessidade, mas tem dinheiro demais. Como não falta dinheiro para nada, tem dinheiro demais, vamos fazer a propaganda da tocha.

Mas senhoras e senhores não seria eu, efetivamente, que estaria aqui, hoje, utilizando esse Grande Expediente, se eu não fosse tocar no tema da saúde. Não seria Alan Sanches que estaria aqui hoje. E eu me pego, assim, quando, hoje, anunciou que tinha... Eu não sei que fim levou um dispositivo que havia para chikungunya, eu não vi ninguém mais falar.

Agora a Bahiafarma lança um aplicativo para zika. Se for o que estão falando ótimo. Mas a partir do momento que pergunto: qual vai ser o custo disso? O presidente da Bahiafarma deu um pulo: “Não sei, depende da quantidade que vai ser produzida.” Como é que você está produzindo alguma coisa, vai ofertar, vai oferecer para que possam comprar e não tem nem ideia de qual é o custo operacional disso? Parece que é uma coisa de outro mundo, mas é o governo do PT. Gasta dinheiro com tocha!

Fiz aqui um pronunciamento, semana passada, denunciando a falta de pagamento dos prestadores de serviço. Os hospitais que fazem as cirurgias, por exemplo, de ortopedia, que pegam do HGE, do Hospital Roberto Santos, de todos os interiores do Estado da Bahia, que vêm via Regulação para esses hospitais estão sem receber, a última fatura que pagaram foi a de dezembro. Nós estamos findando, hoje, maio, e tem 5 faturas em aberto de alguns hospitais.

E o que acontece? Esse é o questionamento que faço aos deputados da Base do Governo, deputado Rosemberg, que me esclarecessem o que está acontecendo na Secretaria de Saúde. Eu tenho opinião de que não é o secretário de saúde. Um médico competente, um bom cardiologista, mas olhando os Diários Oficiais, quando o secretário Fábio tomou posse montou a sua equipe com autonomia. Chamou o Dr. Carlos Emanuel, diretor gestor do Hospital Martagão Gesteira, cirurgião pediátrico, era o subsecretário de gestão da Secretaria de Saúde, foi exonerado em fevereiro. Havia também o Dr. Matheus Simões, se não me falha a memória, que chegou a ser superintendente da Sesab, ortopedista, era superintendente do Hospital da Criança, em Feira de Santana, foi exonerado há 1 mês e meio. Desmontaram a equipe do secretário Fábio, mas vamos avançando.

Hoje, recebo aqui – V. Ex^{as} devem ter recebido essa informação, chegou no meu WhatsApp – o Dr. José Rodrigues, da Regulação, saiu também, foi exonerado. Aí a gente pergunta: Dr. José Rodrigues que foi diretor do Hospital Santa Isabel, Dr. José Rodrigues que foi secretário de Saúde do município – rapidamente, mas foi, na gestão de João Henrique – Dr. José Rodrigues que montou serviço em Catu, Santo Antônio de Jesus e em algumas outras regiões, foi exonerado.

Mas a culpa da Regulação da morte não é do Dr. José Rodrigues, a culpa é do governo do Estado que não faz o pagamento dos seus prestadores. Eu sou médico, gente! E o que acontece quando você não tem os recursos para pagar aos seus funcionários, para pagar os insumos, para pagar o material que será colocado na perna, na barriga – falo assim para que todos possam me acompanhar – não tem como operar! Cinco faturas chegando, 5 faturas chegando, não tem ninguém que suporte isso, mas acham que a culpa é da Regulação, ficam criando factóide de policlínica que já tem 1 ano e meio que saiu de onde? Do papel? Que vai ser outra complicação na vida dos municípios, porque eles vão tirar os recursos das policlínicas do próprio município, dizendo que é do Estado.

E o que é que está se fazendo? A culpa não é do Dr. Carlos Emanuel, ex-subsecretário de gestão; não é do Dr. José Rodrigues. A regulação não funciona porque não dá. Quando eu chamo de regulação da morte é porque... Semana passada recebi uma solicitação – as pessoas vão apelando para todos, tenho certeza de que com V. Ex^{as} não é diferente: são recebidos pedidos por telefone, por WhatsApp, por mensagem, recebe-se solicitação pedindo a transferência de um paciente, e não se consegue... Ontem recebi uma solicitação de transferência de uma paciente, uma vizinha de 91 anos que estava numa Unidade de Emergência de São Caetano. Ela precisava ser transferida; não tinha como, a Regulação não funciona. E o que aconteceu? “Alan, obrigado, mas a minha avó faleceu”. Faleceu porque não havia as condições necessárias para continuar dando o suporte de vida àquela paciente.

E querem dizer que se deve gastar dinheiro com tocha. Bacana!

A vizinha não tinha o leito para ser transferida, mas há dinheiro para se gastar no outdoor quádruplo – porque aquilo não é triplo, outdoor daquele tamanho deve ser

quatro, um do lado do outro – para mostrar para todo mundo que está se fazendo o que não existe. Uma propaganda eminentemente da promessa: “Não faço propaganda do que estou entregando; mas do que vou prometer, para ver se consigo enganar a população do Estado da Bahia”. Estão tremendo de medo, estão tremendo de medo porque o baixinho ACM Neto está chegando.

Se perguntarem a Neto o que é que vai ser, ele diz: “A minha eleição é agora: 2016”. Mas as pessoas do governo do PT estão tão preocupadas que já querem fazer propaganda do que não existe. Aí as pessoas: “Cadê o HGE?”. “Não, não tem, não, rapaz”. Quanto ao HGE 2, não se sabe nem qual vai ser a forma de contratação de mais de 2 mil funcionários. Como esses funcionários vão ser chamados? Trem da Alegria. Porque esta Casa não recebeu informação. No ano passado, eu ainda era o presidente da Comissão de Saúde e Saneamento, fiz o questionamento ao secretário de como seria a forma de contratação, deputado Marcelino Galo. O HGE 2, para funcionar, precisa de mais de 2 mil funcionários. Se o HGE já é grande, o HGE 2 comporta as pessoas e os funcionários do mesmo tamanho, então é outro HGE. E como será a contratação desses funcionários? Ninguém sabe. É colocando nesse chamado Trem da Alegria.

Deputado Pablo Barrozo, o aparte de V.Ex^a.

O Sr. Pablo Barrozo:- Deputado Alan Sanches, quero parabenizá-lo pelo discurso sempre justo, preciso e coerente com a realidade.

V. Ex^a, que é um dos deputados, um dos nossos colegas que mais entendem de saúde pública – até por ser da área –, é um estudioso da saúde pública do nosso Estado. Isso posso relatar, porque, representante que sou de Salvador, em alguns bairros, tenho o prazer de dividir esta representação com V.Ex^a...

O Sr. ALAN SANCHES:- Muito obrigado!

O Sr. Pablo Barrozo:- (...) e V. Ex^a sempre com este cuidado, passando principalmente pela área da saúde.

Mas também quero parabenizar o prefeito de Santo Antônio de Jesus. Conheço a Praça Padre Mateus e sei que é um pleito muito antigo, sonhado pela população, se não um dos principais pleitos, e que, nesta última, semana foi inaugurada. Parabéns ao prefeito, e parabéns a V. Ex^a.

Mas queria enfatizar e juntar esforços, até na avaliação de nós deputados, deputado Euclides Fernandes, com o relato de V. Ex^a, citando aqui três exemplos simples. Cito Parati, lá na Região Oeste: o governador do Estado, Rui Costa, esteve aqui para ler pra gente a mensagem, no começo do ano, deputado Euclides Fernandes, e repetiu uma promessa de campanha, a de que iria colocar no Graer (Grupamento Aéreo da Polícia Militar) um helicóptero para a região Oeste, sabendo que ela está abandonada na área da segurança. Não botou, deputado Rosemberg Pinto. Tanto não botou quanto faltou com a responsabilidade, passando a imagem de que o governador do Estado não seria ele. Queria chamar a Aiba (Associação dos

Agricultores e Irrigantes da Bahia) – olha que horror – para financiar isso. A Aiba virou governo do Estado, que deixou de ser governo porque o governador se omite das suas funções.

Temos vários exemplos como esse, assim como o Centro de Cardiologia, no HO, onde um secretário, bem-intencionado, tentou também implementar, colocando como doação os aparelhos da cardiologia, propondo que a IBA fizesse isso. Vejam a falta de responsabilidade e compromisso do governo do Estado com isso.

V. Ex^a, que é representante, aqui, dos municípios de Salvador, sabe muito bem como é a segurança pública. Nós que andamos nos bairros temos que falar com a liderança política – vejam que absurdo – para pedir aos traficantes, autorização para entrarmos nos bairros que estão sitiados pelo crime. O governo do Estado sabe que crime é esse; mas não toma medidas para tanto, porque tem que fazer propaganda, no horário nobre, no horário do Fantástico, do Hospital do Subúrbio – como se ele tivesse sido realizado agora, quando foi realizado em 2009. Inventar mentira na falta do que falar.

Parabéns pelo seu discurso justo e coerente com a verdade.

O Sr. ALAN SANCHES:- Incorporo o aparte de V. Ex^a, deputado Pablo Barrozo, sempre conhecedor da nossa política.

Falei da segurança de Santo Antônio de Jesus, hoje, e V. Ex^a falou da insegurança no Oeste. Tenho certeza de que todos os deputados e deputadas, mais dia, menos dia, trarão suas denúncias, porque serão cobrados pelos seus municípios.

Vemos propaganda de tudo na saúde, na tentativa de se criar fatos e factoides – digo factóide porque é coisa que não existe, não é um fato em si. Temos diversos gargalos.

Vai chegar outubro, mês da mulher; novembro vai ser o mês do homem: Novembro Azul. Faz três mil mamografias para todos. Mas na hora em que aparece o nódulo, o cisto, essa senhora não tem onde fazer sua punção, não tem onde fazer o acompanhamento, com sua ultrassonografia; porque vive na propaganda e não se preocupa em resolver o problema daquela pessoa.

Falei, ano passado, no Novembro Azul, que o homem faz o PSA, o exame de toque; e, se aparecer qualquer suspeita, ele fará o quê? Onde? Não tem onde o homem fazer a sua biópsia da próstata, dar o segmento. Não tem porque o Estado não se preocupa. Não se preocupa nem em dar informação sobre onde o paciente deverá ir.

A Bahiafarma, que fica criando esses fatos, há um ano, anunciou que iria fazer produção de prótese – disse que foi para Itália assinar contrato... Eu, ainda como presidente da Comissão de Saúde, questionei qual seria o tipo da prótese e qual o serviço no mundo utilizava a prótese que queriam empurrar ao Estado da Bahia.

Uma vez eu trouxe um material explicativo para V.Ex^{as}, e não houve resposta

até hoje. Ninguém fala mais de prótese. Será que foi mais um factóide da propaganda?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Gostaria de registrar a presença dos estudantes de direito da Faculdade Ruy Barbosa. Muito obrigado pela presença de vocês.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PDT para falar, ou indicar orador, pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará por todo tempo do Partido Trabalhista nosso querido Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente Sr^{as} e Srs. Deputados, Srs. da imprensa. Mui dignos estudantes de direito, futuro desta Nação: parabéns por visitarem esta Casa. Voltem sempre, porque esta Casa é a casa do povo. Todos nós que aqui estamos somos passageiros. Isso quer dizer que existe toda a possibilidade de, em breve, inclusive, V.Ex^{as} poderem compor esta Casa. No Parlamento também, homens e mulheres honrados.

A Bíblia diz, Sr. Presidente que “Os que confiam no Senhor são como os montes de Sião, que não se abalam, mas permanecem para sempre”. Ao usar a Bíblia, que é o livro de católicos, evangélicos e de todas as religiões, busco a paz de um Deus que é Poderoso nesta Casa e a Sua misericórdia para os nossos dias de muita violência. Trago os meus protestos, os protestos da Fundação Doutor Jesus, das 142 mulheres que estão lá internadas para sair das drogas, do alcoolismo, e dos 872 homens que não concordam com a atrocidade, com a marginalidade perpetrada contra uma mulher, o estupro coletivo acontecido com uma vítima. Coisa que é uma vergonha: uma nação como o Brasil ainda assistir, lamentavelmente, inerte a tais práticas.

Até porque já há nações por aí onde existe a castração química. O Brasil poderia, também, adotar tal prática. O estupro nada tem a ver com sexo. O estupro é violência pura. Embora todos saibam da minha luta nesta Casa como pastor, contra os sindicatos que querem por aí que todo mundo seja gay, ou seja, lésbica. Com muito respeito que tenho às pessoas, mas quero dizer que as mulheres desta Nação precisam ser mais atendidas ainda e, principalmente, entender que não podem se deixar levar pelos discursos fáceis, levianos ou hipócritas contra a minha pessoa.

A minha luta foi contra o Plano Estadual de Educação? Não. Foi contra 1% dele, que era o vício de levar ensino de sexo para crianças de 6 anos dentro das escolas. Não poderia jamais me calar com tal atitude. Não contra o plano escolar. Até porque há coisas boas no plano. O governador está de parabéns com tudo o que está

no plano, mas eu não poderia deixar passar. Nem eu e nem os 52 deputados que aqui fizeram coro e me acompanharam.

Quero deixar dito que, nesta semana, as 138 mulheres da Fundação – compondo com a minha esposa, minhas três netas, minhas cinco filhas – estarão em marcha protestando contra essa atitude esdrúxula, atitude terrorista daqueles marginais e bandidos que agiram daquela maneira. Quero dizer que este Estado e esta Nação não podem agir de forma comum ou igual aos que não são comuns e iguais. Tratam-se de monstros, de pessoas sem personalidade e sem dignidade, que ao fazerem aquilo não desrespeitaram apenas aquela jovem, mas desrespeitaram todas as mulheres da nossa Nação.

Assim sendo, Sr. Presidente, deixo o meu registro de respeito, de condolência e de protesto máximo contra qualquer atitude violenta ou desrespeitosa contra as mulheres da nossa Nação e, por que não dizer, contra as mulheres do mundo inteiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo, da Maioria ou Líder do bloco parlamentar PP/PCdoB/PSB/PTN para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Falará, por 7 minutos, a deputada Fabíola Mansur e, por 6 minutos, o deputado Zé Raimundo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a deputada Fabíola Mansur.

A Sr^a FABÍOLA MANSUR:- Nobre presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, membros das Galerias Paulo Jackson, imprensa que nos ouve, primeiro, quero parabenizar o município de Irecê, minha querida Irecê, deputada Maria del Carmen, que faz hoje 83 anos. Nada melhor do que trabalhar pelo desenvolvimento socioeconômico do município. Nada como levar a segurança de ser o quarto município que assinou o consórcio e policlínica de saúde, graças também à influência da Comissão de Saúde, deputado Herzem Gusmão, que esteve lá em Irecê exatamente para debater a importância das policlínicas e dos consórcios de saúde para a região, para resolver um gargalo que são os exames de média e alta complexidade.

Nada melhor do que trabalhar numa comissão mista, levando a Audiência Pública para o perdão da dívida dos agricultores rurais, como a que foi feita naquela cidade, com a presença desta deputada.

Nada melhor do que oferecer àquela cidade também o trabalho deste mandado pela saúde, pela educação e também apresentando uma pré-candidatura de uma pessoa que milita naquela área, o Elmo Vaz, que tem uma larga experiência administrativa à frente da Codevasf, à frente da Embasa.

Quero saudar todo o povo ireceense e dizer do quanto estamos felizes. Parabenizamos essa jovem cidade de 83 anos. Esperamos ter, no próximo ano, mais coisas para Irecê.

Agradecemos ao governador Rui Costa pela sua ida no dia 6, não só para assinar a ordem de serviço da policlínica, como também para entregar novas viaturas, cuidando da segurança no local.

A segunda coisa que me traz aqui é parabenizar o governo do Estado e a Sesab, o secretário Fábio Vilas Boas, pela Bahiafarma ter efetivamente um marco histórico na produção de teste rápido para detecção do vírus da Zika. A importância disso é tamanha porque vai ajudar a enfrentarmos essa epidemia com teste muito mais barato, muito mais rápido e que vai possibilitar a confirmação e o efetivo tratamento.

A Bahiafarma vai produzir na Bahia, e isso é um marco em biotecnologia que temos de elogiar aqui. Tenho certeza de que vai não só gerar saúde, com a detecção rápida, como gerar dividendos na produção que será utilizada em todo o País.

Quero também elogiar a política estadual de atenção integral à saúde da mulher, que foi apresentada aqui em reunião conjunta da Comissão de Direitos da Mulher. Teve as presenças das deputadas Maria del Carmen, Ivana Bastos, Ângela Sousa, Fátima Nunes, da vice-presidente Neusa Cadore, do deputado Bira Corôa, presidida conjuntamente por mim e pelo deputado Alex; contou com as presenças de diversos deputados, como Alex, Herzem Gusmão e Marquinho Viana.

E nós conseguimos fazer uma reunião com os movimentos sociais, consolidando aquilo que já havia sido publicado numa portaria, mas também encaminhando aperfeiçoamentos no que tange à saúde da população da mulher negra, no que tange à divulgação da política estadual, levando aos municípios, através de uma reunião na UPB, por indicação do deputado Alex da Piatã, a formação de um grupo técnico de trabalho, que permitirá o monitoramento da implantação dessa política, que visa à equidade, integralidade, universalidade da saúde da mulher, contemplando, deputado Joseildo Ramos, as desigualdades, os desafios de vencermos as desigualdades e as diversas violências, considerando que somos todas iguais perante a lei, deputada Luiza Maia – sentimos, hoje, muito a sua falta –, mas somos diferentes. Então, esses vieses... Nós temos as necessidades específicas da mulher, da pessoa com deficiência, da mulher LGBT, da mulher negra, da mulher indígena, e isso é muito importante.

Ela também vem para suprir, com as suas estratégias e diretrizes, vazios no atendimento ginecológico e obstétrico eletivo para as mulheres; suprir também a carência no rastreamento dos vários cânceres, a exemplo do câncer de mama e do câncer do colo de útero, que afetam as mulheres; ampliar a atenção obstétrica com novas vagas de UTI neonatal; dar assistência às infecções, a exemplo das DSTs, da AIDS; dentre outras coisas. Enfim, foi um plano construído por 36 movimentos sociais, que está muito bom.

Quero parabenizar! Hoje tivemos a presença do secretário Fábio Vilas-Boas e da sua equipe, bem como da secretária Olívia, da Secretaria de Políticas para as Mulheres. Quero dizer que é extremamente importante o compromisso desta Casa Legislativa em cuidar da saúde da mulher. Hoje tivemos a presença do deputado Zé Neto, Líder da Bancada, e também pedimos para aprovar a nossa emenda que cria o Fundo de Combate à Violência Contra a Mulher. Esse é um fundo estadual que seria, efetivamente, muito importante.

Quero, aqui, me solidarizar ao nosso Jorge Hage, ex-ministro da CGU, e ao nosso Waldir Pires, vereador e ex-governador. Esses foram homens que estiveram à frente da CGU e nunca tiveram sobre si nada que desabonasse as suas condutas. Foi eliminado, graças a Deus, aquele que é um ministro que eu chamo de ministro da opacidade, da antifiscalização e do descontrole. É isso que temos de fazer, quando se coloca não mão de uma pessoa que tem aquele diálogo indecoroso, um ministério de tamanha importância, um ministério que pretende combater a corrupção. Quero, aqui, saudar, o nosso querido ex-ministro Jorge Hage e Waldir Pires pelas condutas ilibadas e que não deixaram nada, nada, nem sequer uma vírgula que pudesse ser criticada.

Vamos seguir combatendo a corrupção de forma ampla, geral e irrestrita, colocando as pessoas certas nos lugares certos, e tenho a certeza de que este País andarás, de forma que a sociedade respeitará o seu governo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, estudantes de direito da Faculdade Rui Barbosa, senhoras e senhores, eu também gostaria de reiterar os parabéns da nobre deputada Fabíola Mansur em relação a esse feito da Bahiafarma. Esse é um feito de caráter científico com resultados positivos nas políticas da saúde pública, especialmente no SUS. Mais do que isso, é também um componente na economia do nosso Estado, tendo em vista que a Bahiafarma produzirá, neste primeiro momento, todo o estoque do teste rápido para a identificação da zika, não só para o SUS, mas também para a rede privada.

Gostaria, Sr. Presidente, de ressaltar e parabenizar o ex-governador Jaques Wagner e o ex-secretário do Ministério da Saúde, Dr. Jorge Solla. Tive o privilégio, enquanto prefeito de Vitória da Conquista, de fazer o debate do resgate da Bahiafarma, que tinha sido privatizada. Montamos, inclusive, em Vitória da Conquista, uma estratégia para o município – naquele momento, seguindo as diretrizes do Ministério da Saúde – implantar uma unidade produtora de medicamentos. Agora, em razão de o ministério ter desativado esse programa, estamos em parceria com o Estado, passando essa responsabilidade para a

Bahiafarma, que já está em funcionamento.

Sendo assim, é um grande feito que precisamos repercutir. Tenho certeza de que a área médica e da saúde da Bahia tem reconhecido isso. Quero parabenizar o governador Rui Costa e o secretário Fábio Vilas-Boas que deram continuidade a esse projeto que se concretiza com essa primeira grande ação na área da inovação tecnológica, colocando a Bahia num patamar elevado em termos de Biomedicina.

A segunda consideração, Sr. Presidente, que eu gostaria de fazer nesta minha breve intervenção é sobre o parecer às contas do governador Jaques Wagner. Num volumoso e alentado relatório, Dr^a Carolina Costa, conselheira-relatora, apresentou esse relatório parecer prévio, do qual tive o desafio de ser o relator por indicação do Líder do governo.

De forma detalhada, apreciei toda a volumosa documentação, inclusive visitando técnicos, conversando com relatores. E o que há, no primeiro plano, é que só houve um voto divergente no TCE, o voto de um conselheiro que, com todo respeito, não traça e não traz elementos contábeis rigorosos, empiricamente, que pudessem contrariar a aprovação das contas. Esse conselheiro votou contra a aprovação das contas em função de princípios muito vagos, de caráter muito genéricos, doutrinários, se considerarmos a Contabilidade Pública.

Portanto, acredito que o debate nesta tarde, início de noite, sobre as contas do governador Jaques Wagner versará sobre um outro tema como, por exemplo, o caixa único, o controle interno, que o governador Rui Costa já corrigiu. O governador Rui Costa criou, em seu governo, em todas as secretarias núcleos de acompanhamento das contas públicas, auditorias internas em todas as secretarias, para corrigir aquela deficiência que muitos secretários tinham porque não havia um corpo técnico para o acompanhamento dessas contas.

No planejamento, o governador Rui Costa implantou um sistema novo que acompanha toda a lógica, a dinâmica e o fluxo contábil-financeiro do Estado desde as primeiras ações até as últimas, o empenho final e os pagamentos.

Haverá uma outra questão, um outro detalhe sobre os empenhos, o resto a pagar, procedimentos naturais dentro da administração pública. Por isso acredito que os nobres colegas deputados, em se tratando de uma conta do Executivo, possam, evidentemente, dentro de sua função de Oposição, criticar o governo dentro dessa ou daquela dimensão.

Mas o mais importante: trata-se da última conta do governador Jaques Wagner, que teve o maior cuidado de implantar programas como o Água para Todos; de levar para o interior da Bahia ações importantes como a melhoria das estradas; que levou para os mais distantes rincões do Estado programas como o Mais Médicos em parceria com o governo federal, com contrapartida do governo do Estado; que ampliou o SAMU 192, com contrapartida do Estado.

Por isso eu acredito que no plano do sentido público desse Orçamento não há

dúvidas. Espero que os deputados da Oposição, quando falarem das contas de Wagner, lembrem-se também das contas dos prefeitos que V.Ex^{as} representam, e também dos seus correligionários em muitos estados que deixaram, orçamentariamente, os estados em situação de muita dificuldade, como foram os casos do Paraná, Rio de Janeiro e São Paulo.

Senhor Presidente, era essa a consideração geral eu gostaria de fazer, destacando esse grande papel da Bahiafarma e as contas do governador Jaques Wagner, que estão de acordo com a Contabilidade Pública.

Muito obrigado por sua tolerância, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou o Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PRB/PSC/PV para falar ou indicar orador, pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Falarão, Sr. Presidente, os deputados Soldado Prisco, por 6 minutos, e o deputado Hildécio Meireles, por mais 6 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Soldado Prisco, pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. SOLDADO PRISCO:- Sr. Presidente, boa-tarde a todos os parlamentares e também a todos os presentes aqui, na plenária.

Ouvi aqui a fala do nosso amigo Adolfo, anteriormente à minha. Hoje, em meu gabinete, recebi o pessoal do concurso da Polícia Civil, que mais uma vez foi enganado pelo governo do Estado. Inclusive, até hoje está no site da Secretaria da Segurança Pública o secretário dando boas-vindas aos novos policiais civis pela convocação, ciente ele de que não haveria a nomeação.

Estão enrolando. Mandaram que o pessoal entregasse documentos duas vezes. Já foi entregue toda a documentação. Agora, marcaram uma perícia médica, e só são feitas 30 por dia. A previsão do término da perícia médica é para o finalzinho de setembro. Então, quando é que esse povo será nomeado para a Polícia Civil? Próximo da eleição para, mais uma vez, enganar a população! Para, mais uma vez, a população achar que está aumentando o efetivo!

Na Polícia Militar nenhuma perspectiva de aumento de efetivo, e a violência tomando conta do nosso Estado. A Bahia paira em primeiro lugar em nível de violência no Brasil. E vem o governador do Estado com uma propaganda enganosa e diz que nomeou todos os policiais civis. Nem os 800 foram nomeados. Dos 646 chamados ninguém ainda, de fato e de direito, foi nomeado. Eles foram convocados, mais uma vez, para entregarem documentos. Até quando essa farsa, essa enganação deste governo que só vive na base da propaganda e da enganação.

Sobre o reajuste do servidor nenhum sindicato fala. Está todo mundo no bolso

do governo. Nenhum sindicalista fala. O governo simplesmente diz que não tem recursos para pagar o reajuste do servidor, mas a propaganda continua em alta no Estado. Para esse investimento não falta dinheiro. Os publicitários devem estar dando risada na Bahia, porque esse recurso não falta. Mas cadê a prioridade na educação, na saúde, na segurança?

Falo pela minha bandeira que os policiais militares estão sendo caçados. Já tivemos 8 policiais assassinados neste ano. E governo do Estado não cumpre o acordo feito com o movimento paredista; não aumenta a GAP dos policiais automaticamente, como está na lei; suspendeu o financiamento da Conder para a moradia dos policiais e não há previsão de retorno.

Nem combustível para trabalhar as viaturas têm. Que estímulo esse policial militar ou civil vai ter para estar nas ruas trabalhando para a sociedade? Porque o governo nada fez. E nem recebe para dialogar algum segmento, sindicato ou associação. Então, este é o governo que está aí, que diz que implementa uma democracia mentirosamente.

Se eu falar sobre minha pessoa, já ganhei pela 9ª vez ações no Tribunal de Justiça da Bahia, no Supremo Tribunal Federal, na Auditoria Militar para ser reintegrado à corporação. E o governo da Bahia simplesmente zomba do Poder Judiciário baiano, não cumpre a reintegração. Trata o Poder Judiciário baiano com desdém. E não foi uma decisão de um desembargador, foi decisão do Pleno do Tribunal de Justiça da Bahia, de todos os desembargadores. E o governo simplesmente não cumpre a medida.

Que democracia é esta? Que governo é este que diz que respeita as leis e a ordem no País? O que está acontecendo na Bahia? Um desrespeito total, uma enganação total. Só mentira a todo o tempo e a propaganda do governo em alta. Até quando a população da Bahia vai aceitar isso?

O número de homicídios tem crescido em todo o Estado de forma alarmante, em todas as cidades. Na Cidade de Vitória da Conquista foram 90 homicídios neste ano.

Os presídios na Bahia estão de celas abertas, fuga a todo momento.

Na região de Irecê acontecem assaltos a bancos diariamente.

Não há efetivo policial, armamento e viatura.

No evento da tocha olímpica, que passou por aqui, pela Bahia, mais uma propaganda. Colocou policiais para trabalharem sem equipamento de proteção individual, com armamentos irrisórios e munição contada, inclusive.

Combustível em viatura, apenas R\$ 40,00 para trabalhar por 12 horas.

No interior da Bahia a criminalidade tomou conta. Ocorrem assaltos a bancos a torto e a direito.

E o que faz o governo? E o governo mente, engana a população e não valoriza o

servidor público.

Nós estamos, aqui, pedindo às bancadas, tanto à da Oposição quanto à do governo, para cobrar deste governo, porque a população na rua está sofrendo. As pessoas estão morrendo, pois elas estão sendo assaltadas e estupradas. No entanto, nós não vemos nenhuma mobilização desta Casa para mudar esta realidade.

Cadê os sindicatos que não se manifestam em relação à questão do reajuste dos vencimentos dos servidores? Se fosse em outro governo, como seria?

Nós temos, aqui ao lado, um acampamento dos concursados dos agentes penitenciários e não vemos nenhuma mobilização do governo para cumprir com os concursados. Mas o governo quer contratar REDAs e terceirizados.

Isso, realmente, é uma cena que a Bahia vive e esta cena é, totalmente, diferente da propaganda. Eu quero descobrir que governo é este da propaganda, porque a realidade, que estamos vivendo, é nua e crua, uma vez que o povo da Bahia vem sofrendo todos os dias e a todo instante, principalmente, com a violência que está assolando e tomando conta do nosso Estado.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, ouvi atento o pronunciamento do deputado José Raimundo quando ele se referiu às contas do governo do Estado relativas ao exercício de 2014. O deputado Zé Raimundo, com um esforço muito grande, fala da probidade daquelas contas e que as contas estão certas. Ele, apenas, faz pequenas ressalvas que teriam sido feitas pelo Tribunal de Contas do Estado.

Eu não vou discorrer sobre este tema agora. Mas eu queria lembrar, deputado, que o TCE fez 53 ressalvas nas contas do governo do Estado referente ao ano de 2014. Vejam, são 53 ressalvas, 38 determinações e 24 recomendações! Portanto, isso é algo que merece a nossa atenção e isso é algo que merece o nosso estudo.

Mas ouvi, também, o pronunciamento do deputado Alan Sanches quando ele se pronunciou sobre 2 temas que, durante esses 15 meses de mandato, eu tenho falado muito aqui desta tribuna que são, exatamente, os dois calcanhares de Aquiles deste governo que são os nossos sistemas de saúde e de segurança pública.

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, queria contar um fato ocorrido no interior do nosso Estado, mais precisamente em nossa cidade de Cairu, pois esta é uma cidade pacata. E, na semana passada, uma garota de apenas 17 anos de idade fora assassinada e fora esfaqueada por um outro jovem, também, de 17 anos. Aliás, este criminoso menor, de apenas 17 anos, já cometera o seu quarto homicídio; por ser

menor, ele tem a proteção do Estatuto da Criança e do Adolescente e, muitas vezes, há, também, a proteção da própria sociedade, de modo geral, somente pelo fato de o autor do crime ser menor.

A falta de segurança pública no interior do Estado da Bahia tem sido de tamanha ordem que até mesmo as cidades pequenas interioranas já sofrem com os problemas da criminalidade parecidos com os problemas das cidades grandes.

Então, foi um corre-corre muito grande. Pega-se esta garota e a leva para Valença – um centro maior sem uma unidade hospitalar estadual – e se vale dos serviços da Santa Casa de Misericórdia que recebe essa garota esfaqueada. Bem, não houve jeito, pois ela veio a óbito.

Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, há o pior. Deputado Luciano Ribeiro, V.Ex^a é um sertanejo e entenderá o que falo. Isso é algo parecido com um ditado popular antigo: além da queda, há o coice.

Ou seja, o cidadão sofre com a criminalidade e sofre com o ato de violência, porque o Estado não consegue conter o índice de violência estadual. Essa mesma pessoa precisa de atendimento médico de urgência e não há uma cidade de aproximadamente 100 mil habitantes – sede de uma região com aproximadamente 350 mil habitantes – que tenha uma unidade hospitalar do governo do Estado para dar assistência às pessoas quando precisam.

Deputado Bobô, eu falei da queda e do coice. Já houve a queda; agora, vamos ao coice.

A pessoa vai a óbito e precisa fazer autópsia, ou seja, precisa fazer aquela perícia chamada autópsia. E esta não é feita em Valença ou em Santo Antônio de Jesus; esta última cidade dista 100 quilômetros de Valença e, também, não faz autópsia. Portanto ela teve de se deslocar para Itabuna, uma cidade com mais de 250 quilômetros de distância, a fim de que fosse feita a autópsia desse corpo para, em seguida, retornar os 250 quilômetros, a fim de que, finalmente, a família fizesse o funeral.

É desta forma que a população baiana tem sido tratada no interior, sobretudo quando precisa daquilo que eu chamo de “sistema s do governo do Estado”: saúde e segurança pública.

Senhor Presidente, em relação à saúde, quando há a necessidade de atendimento emergencial, isso tem sido fatal para as pessoas que dela necessitam. Observem, quando a pessoa não vai logo a óbito, tem que entrar em uma fila, chamada de regulação, onde nem sempre consegue vaga para ser atendida.

E em relação à segurança pública, essa tem sido como todos nós temos visto, ou seja, tanto na capital do Estado como também em todo o seu interior.

Por isso, quero, mais uma vez, chamar a atenção tanto do secretário de Segurança Pública do Estado como também do secretário da Saúde do Estado, Dr.

Fábio Vilas-Boas, a fim de que, de fato, eles voltem os seus olhos para o interior para ver se tira do papel os famosos consórcios de saúde. Não temos notícias do que, de fato, tem sido feito ou realizado com esse projeto dos consórcios de saúde pelo interior do Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Adolfo Viana:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Questão de ordem do deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a fizesse uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão, por favor.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Pela ordem o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo ao nobre e querido deputado Adolfo Viana, um dos maiores questionadores do debate, pois estamos fazendo um debate sobre as contas de Wagner. O deputado Zé Raimundo é o relator e o mesmo apresentou o relatório. O deputado Hildécio é um especialista em auditoria e fez um contraponto. Entendo ser um contrassenso haver a interrupção deste debate.

Então queria pedir a V.Ex^a, Sr. Presidente, a revisão da questão de ordem feita pelo deputado Adolfo Viana para darmos continuidade ao debate.

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, vou retirar a minha questão de ordem em função do pedido do Líder do Partido dos Trabalhadores nesta Casa com uma condição. Vejam, eu retiro a minha questão de ordem e ele explica, da tribuna da Assembleia Legislativa, o motivo pelo qual os governos Wagner e Rui vêm-se negando a cumprir as emendas impositivas. É uma coisa muito simples.

Retiro a minha questão de ordem.

Ficarei aguardando que o Líder do Partido dos Trabalhadores, meu amigo, deputado Rosemberg Pinto, dê uma explicação a esta Casa. O governador do Estado, desde 2013, não cumpre com a sua obrigação em relação às emendas impositivas. A Justiça já vem sinalizando e a explicação é simples.

A minha questão de ordem está retirada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Há um pedido de verificação de quórum.

Convoco todos os Srs. Deputados...

O Sr. Adolfo Viana:- Sr. Presidente, retirei a minha questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Nilo):- Sem a condicionante?

Entendi que V.Ex^a, deputado Adolfo, tinha colocado a condição de o deputado Rosenberg Pinto dar uma explicação.

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a tem razão. Há esta condição.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Primeiramente, é o seguinte. Quero dizer ao deputado Adolfo Viana que há um esforço imenso do governo em fazer a aplicabilidade da lei aprovada por esta Casa.

O deputado Líder e meu amigo Sandro Régis é testemunha do trabalho e das ações que estamos desenvolvendo junto ao governo do Estado para que possa, dentro, obviamente, do ordenamento jurídico, o cumprimento disso.

Já no decorrer desta semana, quando nós definimos aqui havia um processo em que tinha ter uma aplicabilidade em educação e em saúde e na área social. Então há um comprometimento dos deputados e do governo no sentido de que essas emendas sejam revertidas na área da aplicabilidade de saúde em ambulâncias, na área de aplicabilidade do ponto de vista social em tratores e na área da educação em reforma de escolas. Agora, em Feira de Santana, já tiveram início algumas dessas ações.

Acabei de conversar, inclusive, com o representante da Serin, já têm duas licitações em andamento, tanto para tratores quanto para ambulância, para fazer cumprir essa emenda. E eu pediria aos deputados aqui, ao meu querido Líder da Oposição Sandro Régis, entendendo isso, que nos desse prazo. Tem razão em cobrar, está coberto de razão, ou seja, nessa primeira levada vários deputados de governo, eu sou exemplo disso, não fui contemplado neste momento, foi feito de uma forma a ter dois terços, ou seja, do ponto de vista proporcional, uma parte para deputados de governo e uma parte para deputados de oposição. E a ideia é que agora, com essa nova aquisição, sejam contemplados todos os deputados. E a expectativa nossa, deputado Adolfo Viana, é que isso aconteça agora no final do mês de junho, porque eu também quero ter a minha emenda contemplada. Nesse sentido que eu queria explicar a V. Ex^a.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o nobre Líder do Governo e da Maioria ou Líder do PSL para falar ou indicar o orador, pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto:- Meu querido, o deputado pastor Ubaldino por 5 minutos e eu falarei o tempo restante.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado pastor Carlos Ubaldino, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. CARLOS UBALDINO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos e amigas que compõem as galerias Paulo Jackson, esta tarde é uma tarde memorável em que Deus me permite, mais uma vez, fazer uso desta tribuna para falar um pouco

do nosso querido ex-governador Jaques Wagner. Jaques Wagner que marcou a sua história na nossa Bahia pelo seu trabalho, pela sua maneira de conduzir os seus pronunciamentos nos palanques, esse homem o tenho como um verdadeiro mestre do ensino da família que prismou pelo trabalho, pela ética e pelo respeito ao cidadão.

Aprendi com o governador Jaques Wagner quando ele dizia: “A política do xingamento ficou para trás”, porque cada pai tem um filho e cada filho tem um pai, e um pai que tem um filho, mesmo ele não sendo um filho que corresponda às expectativas de um verdadeiro pai, aquele pai não quer ver o seu filho sofrendo ou sendo xingado.

Vale a pena fazer uma retrospectiva, Sr. Presidente. Quando os meus olhos contemplam o passado, a nossa querida BR-110, quando os ônibus saíam de Salvador e não tinham certeza de chegar ao destino, a estrada de Rio Real para Itapicuru era uma verdadeira catástrofe! A estrada, com convicção, de Crisópolis a Acajutiba foi colocada no esquecimento e era um verdadeiro caos. Palmilhei os 100 quilômetros de Bom Jesus da Lapa a Carinhanha e, naqueles 100 quilômetros de estrada, gastei quatro horas de relógio. Tentei chegar de Santa Maria da Vitória a Bom Jesus da Lapa, mas pedi a meu motorista para parar, porque eu não suportava mais o banco da frente do carro – cheguei deitado no seu banco traseiro.

O governador Jaques Wagner foi esse desbravador que o povo da Bahia reconduziu ao segundo mandato, fazendo justiça ao seu trabalho. Neste dia, nesta Casa, encontra-se na pauta as contas do ex-governador Jaques Wagner. E eu, como homem de Deus na terra, não poderia ter outro gesto a não ser pronunciar-me pela aprovação, no momento em que estiver para ser aprovada. Este homem simples que sempre digo “velho, feio e pobre”, mas que aprendeu a fazer justiça na terra, trabalhar pelos mais carentes.

Hoje eu estava em uma audiência pública aqui, na Comissão de Agricultura, e o Ministério Público Federal e o Estadual estavam presentes, onde eu dizia, Sr. Presidente, para concluir a minha fala, que o ser humano perdeu o seu devido valor. Hoje, o cidadão perde a vida. Os pais veem seus filhos perderem a vida, e quando o assassino é primário responde solto! Mas se o cidadão pisar em uma cobra e matá-la, é processado!

Eu vi, para concluir, Sr. Presidente, ali no Rio São Francisco, quando passava uma equipe em um barco e passava uma sucuri. Eles pegaram na calda daquela cobra e começaram a brincar um pouco. Simplesmente receberam um processo e uma sentença de três anos de cadeia! Então, os animais estão tendo mais valor que o ser humano!

Eu aprendi com a Bíblia Sagrada, com o próprio Criador, a ser um defensor da família, sendo constituída com pai, mãe, constituindo filhos e assim sucessivamente.

Então, aqui fica a minha palavra de apreço e um gesto de gratidão ao trabalho do governador Jaques Wagner, da Bahia. Parabéns, Jaques Wagner, estamos aqui. A

Bíblia diz que é, pois, o servo fiel e prudente que Deus constituiu como coluna para sustentar, nós estamos aqui nesta tarde como verdadeiras colunas para sustentar as contas do nosso querido governador.

Um abraço.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Meu querido presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, imprensa, servidores, visitantes das Galerias Paulo Jackson, boa-tarde!

Senhor Presidente, por gentileza, poderia verificar o tempo? Foram 12 minutos, ele usou 5, são 7 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Ele usou 6 minutos, deputado, V.Ex^a tem 6 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Ouvi aqui, atentamente, o deputado Zé Raimundo. Srs. Deputados, hoje vamos apreciar as contas do ex-governador Jaques Wagner, do ano de 2014. Pude verificar no parecer apresentado pelo Tribunal de Contas do Estado que as contas do governador se encontram dentro do ordenamento jurídico, com todas as condições para que possamos aprová-las sem nenhum tipo de angústia, de comprometimento, porque a análise feita pela maioria, ou quase a totalidade dos conselheiros, é no sentido da aprovação. Apenas um conselheiro tem uma posição já conhecida, e nós a respeitamos, tendo feito um voto em separado com questionamentos que a ótica de quem lê o parecer não consegue ver substância que possa sustentar uma posição de desaprovação daquelas contas. Tanto assim que a maioria dos conselheiros aprova o parecer e vence o voto em separado do conselheiro Pedro Lino.

Por isso, quero pedir a todos os deputados e deputadas que façam uma análise mais criteriosa com relação ao parecer e que votemos pela aprovação das contas, uma vez que esse é o indicativo do Conselho de Contas do Estado da Bahia, para que não prevaleça o voto em contrário apenas por uma posição política, numa visão muito comum em algumas Câmaras de Vereadores no interior, da qual eu discordo – inclusive fiz um questionamento, deputado Luciano Ribeiro, na minha cidade, quando o prefeito era da minha relação política, continua sendo, e a Câmara de Vereadores, numa decisão muito mais política do que técnica, encaminhou pela reprovação das contas do adversário naquele momento. Eu discordo dessa posição.

Por isso, lendo atentamente o parecer apresentado pelo Tribunal de Contas do Estado, entendendo que a maioria dos conselheiros se posiciona pela aprovação das contas, queria aqui dividir esse posicionamento com os meus queridos colegas, deputados e deputadas, para que possamos aprovar as contas do governador, que são

um orgulho para todos nós do ponto de vista da aplicabilidade dos recursos públicos, da política social realizada e da política de desenvolvimento do Estado. O questionamento feito no parecer contrário de um dos conselheiros fala até da educação, em crítica que é rebatida pelos demais conselheiros.

E por último, meu querido presidente Marcelino Galo, deputado Adolfo Viana, ouvi a colocação do deputado Leur Lomanto sobre a questão nacional, com relação a esse senhor que hoje preside o País de forma a dar um golpe na nossa querida presidenta Dilma. Ele brinca e fala da sua canonização solicitada ao papa. Nós não precisamos disso, porque a presidenta Dilma é respeitada no mundo inteiro. Ainda hoje, o jornal The New York Times fala da quadrilha que se instalou no Planalto Central do País, onde, na realidade, deputado Sandro Régis, os 2 ministros temporários, Romero Jucá e esse outro da chamada intransparência do atual governo, foram demitidos pela Rede Globo, porque em todas as duas colocações o Michel Temer diz que são 2 homens honestos, da sua total confiança, mas, para dar uma satisfação à sociedade, pede que façam o pedido de exoneração.

Na realidade, deputado Marcelino Galo, quem demite esses dois é a Rede Globo de Televisão, até porque é a dona desse golpe que colocou lá esse chamado Michel Temer golpista.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou do PMDB para falar ou indicar orador pelo tempo de até 11 minutos.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Sr. Presidente, falarão os deputados Carlos Geilson, por 6 minutos, e o deputado Sandro Régis, por 5 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Marcelino Galo, Srs. Deputados e Srs. Deputadas que nos escutam na sala do cafezinho, quero começar a minha fala tomando por base o pronunciamento do colega Rosemberg Pinto. Ele fala dessa quadrilha que se instalou no Palácio do Planalto, que se instalou de forma interina e que está há 19 dias governando o Brasil.

Mas quero refrescar a memória do deputado Rosemberg Pinto, que cita 2 ministros do atual presidente, Michel Temer, que foram defenestrados, Romero Jucá e o ministro da Transparência, Fabiano Silveira.

Vou ler uma relação de citados e investigados no governo Dilma Rousseff. Refrescar a memória nunca é demais, e olha que Dilma não botou ninguém para fora, olha que ninguém fez campanha contra esses cidadãos e essas cidadãs.

Senão vejamos: (Lê) “Antônio Palocci, Edinho Silva, Edison Lobão, Erenice Guerra, Fernando Pimentel, Silas Rondeau, Aloizio Mercadante, Gleisi Hoffmann,

Paulo Bernardo, Mario Negromonte, Fernando Bezerra, Carlos Gabas, Gilberto Carvalho, Arthur Chioro, Guido Mantega, Celso Pansera, Henrique Alves, Izabella Teixeira” – sem falar naquele que quase foi ministro e não foi, Luiz Inácio.

Ora, é esse pessoal que sobe à tribuna para falar que se instalou uma quadrilha no Palácio do Planalto. É porque o colega não disse quando foi que se instalou essa quadrilha, talvez ele tenha sido traído pela memória. Quem tem um time desses pode subir a esta tribuna para cobrar coerência, transparência? Pelo amor de Deus! Aqui há nomes que verdadeiramente enlutam a classe política brasileira. Não é que no governo de Michel Temer tenha santo, não. Até porque aqueles que cometeram seus pecados estão sendo expurgados, estão sendo defenestrados. Ao contrário do Partido dos Trabalhadores, que fez até vaquinha para auxiliar próceres que foram flagrados já desde a época do mensalão.

Nós, da Oposição e que fazemos parte do PSDB, nunca dissemos que somos donos da ética, que somos os donos da moral na política. Mas o PSDB é um partido que tem uma forma clara de governar. Tem seus pecados e percalços, mas ninguém passa a mão na cabeça do errado. E quero aqui me associar ao DEM, que deu a cabeça na bandeja de um senador, de um governador e tem sido assim.

Ao contrário do Partido dos Trabalhadores. Ninguém se levantou, uma voz não se levantou para falar de Antonio Palocci. Esse rapaz é terrível, esse é terrível e é um dos baluartes do Partido dos Trabalhadores. Os senhores deveriam se envergonhar de, pelo menos, tê-lo como companheiro de partido.

Edinho Silva, olha que esse cara está sendo citado para caramba, em toda transação, em tudo que aconteceu de ilegalidade, embora Dilma não saiba de nada. E acredito que ela não saiba nada, mesmo, porque ela terceirizou o governo. Edinho Silva, em quantas delações esse rapaz está sendo citado? E ela ficou com ele até fechar a porta de saída do palácio.

Erenice Guerra, terrível essa mulher, meu caro Rosemberg Pinto. Fernando Pimentel, braço direito de Dilma Rousseff. Esse cara está sujo, viu? Esse cara está encalacrado, está encurralado e é do Partido dos Trabalhadores. Aloísio Mercadante saiu com Dilma. Ela não colocou nenhum desses ministros para fora para dar um exemplo de transparência.

O governo Temer, no seu início, está claudicante? Está claudicante. Está inseguro? Está inseguro. Mas tem tomado medidas. Aqueles que são apontados como praticantes de coisas erradas e ilícitas, têm sido punidos e afastados do governo. Ao contrário do Partido dos Trabalhadores que, quando o companheiro ou a companheira são citados, abra-se o guarda-chuva de proteção. O deputado Zé Neto, quantas vezes subiu a esta tribuna para dizer: “Companheiro Zé Dirceu”, quantas vezes? Agora, vá levar uma carteira de cigarro para Zé Dirceu.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos da *TV Assembleia*, hoje eu ouvi diversos discursos aqui nesta Casa, dos deputados governistas, dos deputados questionando o governo Temer.

O Presidente Temer, nesses 19 dias, praticou mais seriedade e austeridade do que nos dois anos de Lula e nos quase 6 anos de Dilma. Os dois ministros que foram apontados ou citados por alguma irregularidade, automaticamente, o presidente, com compromisso com o país, exonerou.

Mas quero aqui, trazer à discussão o assunto a que iremos adentrar nesta tarde, as contas do ex-governador Jaques Wagner. Deputado Hildécio Meireles, se fôssemos fazer um discurso político iríamos até votar favoravelmente. Em nosso discurso, baseado no estudo de nossas assessorias e nos votos dos conselheiros, enxergamos irregularidades nas contas do ex-governador Jaques Wagner.

Iremos citar diversas situações esta noite. Mas vou citar uma delas que já foi aqui falada pelo deputado Rosemberg Pinto, a questão das emendas impositivas. Esta foi uma lei criada e aprovada por esta Casa, em 2013, já passando a valer no exercício do Orçamento para 2014. o governador Jaques Wagner não cumpriu absolutamente nada das emendas impositivas. Ou seja, o governador Jaques Wagner descumpriu a lei. A partir do momento que esta Casa vota umas contas que descumpriu a própria lei que criou e aprovou, no mínimo a Casa perde esta legitimidade de legislar para a Bahia e os baianos.

Não é só isso, Sr. Presidente, as despesas do exercício triplicaram de um ano para outro. Então, aqui temos a tranquilidade, deputado Hildécio Meireles, de fazer a discussão. Porque não estamos votando politicamente. Nós estudamos, a nossa assessoria trabalhou, apontou as falhas e os equívocos das contas do ex-governador Jaques Wagner. Em cima disso, faremos a discussão baseado nos dados, no que o Tribunal de Contas do Estado apontou. Não estamos inventando ou criando, apenas estamos apontando os equívocos que o Tribunal de Contas mostrou.

Então, quero aqui dizer da tranquilidade da nossa Bancada de Oposição em fazer esse debate. Porque contra fatos não há o que se contestar. Teremos na noite desta terça-feira muitas oportunidades de fazer a discussão sobre as contas do ex-governador Jaques Wagner.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o nobre Líder do governo e da Maioria ou o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Falarão os Srs. Deputados Joseildo Ramos e Maria del Carmen, por 6 minutos cada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de até 6 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, atentei para os vários discursos que aconteceram há poucos instantes, aliás, ao longo desta tarde, e o que nos dá algum momento de perplexidade são algumas afirmações. O que estamos vendo na condição de governar do governo golpista e temerário é algo que não se poderia ver num governo que, após o golpe, sucede uma presidente legitimamente eleita. No mínimo, é uma total imprevidência de um governante que coloca na composição do ministério 40% de ministros citados, investigados e/ou denunciados pela Lava Jato. Não é possível tamanha imprevidência, dois já foram embora falando em amordçar a Lava Jato e fazer um grande pacto nacional para restringir o aprofundamento das investigações.

O homem-bomba, o Sérgio Machado, será esquecido, porque o seu filho, o Expedito Machado Neto, o Didé, que é gestor de um fundo de investimentos, em Londres, já conseguiu de Teori Zavascki a homologação da sua delação. E, certamente, a cúpula do PMDB provavelmente terá muito o que se preocupar, mas não só o PMDB. O que virá por aí é muito mais grave, porque existe uma perspectiva, segundo os investigadores do Ministério Público, de um suposto retorno de recursos de desvios, de recursos de propinas, que são considerados surpreendentes pelo próprio Ministério Público e Polícia Federal.

Ora, assistimos aqui vários deputados falando num suposto rombo de R\$ 170, 200 bilhões, quando, na realidade, ao mergulharmos efetivamente na atuação do Meireles, ministro da Fazenda do governo golpista, quando foi fazer a avaliação da gestão de receitas e despesas relacionadas com a Lei de Responsabilidade Fiscal no segundo bimestre, inflou a mais o déficit. Sem levar em consideração o texto da Lei de Responsabilidade Fiscal que diz claramente que as medidas de contingenciamento terão que ser elencadas. E não foram. Ao invés de colocar um teto de meta fiscal, se colocou um piso. Na realidade, é um salvo conduto para gastar mais. Ou, na tomada de medidas legislativas como a volta da CPMF, a Lei dos Dividendos, o Meireles sair considerado como aquele ministro eficiente ou eficaz.

Ledo engano, por detrás desse ardil estará o corte de conquistas duramente conseguidas pelos trabalhadores. É a farsa do golpe que está caindo. O rebaixamento da meta fiscal, esse ardil demonstra tão somente que é um cheque em branco que se quer. E o efeito colateral já se espalha na sociedade. Aonde estão aqueles que estavam batendo as panelas contra a corrupção? Estão silentes. Como é que estão as homenagens da grande mídia demonstrando todo o arcabouço da corrupção? No momento em que os grampos estão vicejando, o Ibope mostra, olhem só, o insuspeito Ibope, mostra que Dilma hoje tem recuperado a sua popularidade. Agora, o Ibope diz que está em torno de 33% e o Michel Temer, ao contrário, continua rejeitado,

ilegítimo, não tem projeto para governar este País e estamos procurando saber qual será o próximo ministro a cair. A Lava Jato hoje não poderá se estancada, o golpe urdido na surdina da noite ficou claro com o grampo do homem-bomba. Aliás, vai ser esquecido como homem-bomba porque depois, quando vier a delação do Didé, seu filho, não ficará pedra sobre pedra nessa República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra a deputada Maria del Carmen.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, a deputada será substituída pelo deputado Alex Lima.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs. Deputados, imprensa presente, funcionários da Assembleia, confesso que ando muito triste com o que tenho visto com relação ao caminho que a política brasileira tem tomado. E me entristece mais ainda quando ouço colegas desta Casa, do Governo ou da Oposição, tratar dessa matéria simplesmente como uma questão partidária.

Devemos, Sr. Presidente, depois dos últimos acontecimentos, fazer uma reflexão geral, deputado Adolfo Viana, para entender o que já digo há muito tempo desta tribuna, que ou nós fazemos uma verdadeira reforma política ou não adianta entrar governo e sair governo. Precisamos parar de mentir ao povo brasileiro, de achar que tem anjos e demônios nesse ou naquele partido, que tem ladrão ou gente honesta nesse ou naquele partido político, precisamos falar a verdade ao povo brasileiro. Dizer que o que estamos vendo diariamente é o falecimento da estrutura política do nosso País. Precisamos falar a verdade ao povo brasileiro e dizer que já deu, não dá para se fazer mais política, deputado Adolfo Viana, nos modelos que fazemos atualmente. Não podemos governar o País com 32 partidos, sendo que 28 têm assento no Congresso Nacional, não podemos mais fazer a velha e tradicional política das oligarquias que não foram iniciadas nos governos do PT, mas o PT também tem a sua parcela de responsabilidade por não ter combatido. Quando assistimos, e basta que tenhamos...

Senhor Presidente, gostaria que V.Ex^a garantisse o meu tempo, que pedisse silêncio.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Por favor, deputado Luciano Ribeiro, deputado Zé Neto, vamos garantir a palavra do deputado Alex Lima.

O Sr. ALEX LIMA:- Peço que desconte o meu tempo, Sr. Presidente.

Basta um pouquinho de compromisso com a verdade dos fatos para vermos que a situação dessa lama que a política foi, não pertence, não é exclusivo desse ou

daquele partido, muito menos desse ou daquele governo. O que estamos percebendo é a falência, como disse, da forma de se fazer política, das campanhas milionárias, da quantidade de negociatas que são feitas para se ganhar uma eleição e depois para se governar. Essa é a realidade desse País. E não me venham com discurso de que a simples troca de um governo, ainda mais da forma como foi feita, que isso vai nos levar para um caminho diferente deste que estamos vivendo. Não, muito pelo contrário, nós estamos assistindo à república do Sr. Eduardo Cunha, um criminoso pronunciado que hoje nomeia, manda e desmanda no Congresso e no governo federal.

Eu costumo dizer, deputado Leur Lomanto, e as minhas posições são muito claras, que se tem uma boa notícia nestes 18 dias de governo – se é que podemos encontrar alguma boa notícia –, é o fato de nós termos a esperança de que essa fase passe muito rapidamente. Porque nós não podemos varrer a sujeira para debaixo do tapete e pensar que, com isso, vamos resolver os graves problemas do Brasil: desemprego, falta de crescimento econômico, violência, falta de saúde e diversos outros problemas que enfrentamos.

Não vamos fazer esse debate pequeno das preferências políticas, deste ou daquele partido. A classe política brasileira precisa tomar juízo. Precisamos enfrentar e fazer um novo pacto por este País, e isso passa pela legitimidade das urnas. Nós não podemos aceitar que o famoso jeitinho brasileiro continue a nos guiar.

É por isso, Sr. Presidente, que na tarde de hoje eu faço este apelo, na esperança de que ele ecoe por todo o Brasil. Não podemos continuar a viver nessa lama em que está a política, sob pena de nos contaminarmos, inclusive este Parlamento. Se não mudarmos as regras do jogo, dificilmente nós vamos construir dias melhores para o nosso País e para a nossa Bahia.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao nobre Líder da Minoria ou ao do Bloco Parlamentar DEM/PPS para falar ou indicar o orador pelo tempo de até 12 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Falarão, por 6 minutos cada, os deputados Adolfo Viana e Luciano Ribeiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Adolfo Viana pelo tempo de 6 minutos.

O Sr. ADOLFO VIANA:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, é sempre muito bom ouvir o deputado Alex Lima na tribuna desta Assembleia Legislativa. Mas é uma pena, deputado Luciano Ribeiro, o que temos observado não somente ao longo desta sessão de terça-feira, deputado Hildécio, como também nas últimas sessões deste Parlamento. Os deputados do Partido dos Trabalhadores não cansam de atacar o governo do presidente Michel Temer, como se fosse nele que

tivesse nascido a Operação Lava Jato, como se fosse neste governo que o juiz Sérgio Moro identificou que o Planalto precisava de freios.

Subir aqui, deputado Hildécio, para fazer o discurso da conveniência do dia é muito fácil, mas, no meu entendimento, é uma forma irresponsável de conduzir o mandato parlamentar. Nós somos representantes do povo da Bahia e devemos responsabilidade, deputado Zé'Neto, àqueles que nos elegeram.

Vejo aqui ao meu lado esquerdo a deputada Luiza Maia, parlamentar de tantas lutas; vejo também os deputados Bira Corôa e José Neto, todos eles qualificadíssimos para exercer o mandato de deputado estadual. Mas, ao mesmo tempo, vejo uma agressão desenfreada ao governo do presidente Michel Temer, justamente porque eles não conseguem se conformar com o afastamento legítimo da presidente Dilma. Alguns falam em golpe, quando foram eles que cometeram o maior golpe de todos: o golpe de, simplesmente, quebrar a economia brasileira para sustentar um projeto político falido.

O modelo de gestão do Partido dos Trabalhadores à frente do Palácio do Planalto visou, deputado Rosemberg Pinto, exclusivamente a perpetuação de um partido político no poder, em detrimento do progresso e do desenvolvimento do Estado brasileiro. Que bom, que bom que o povo brasileiro acordou e tomou as ruas deste País chamando a atenção do Congresso Nacional, que também acordou e percebeu que a presidente Dilma, além de ter cometido um golpe no período eleitoral, cometeu também crime de responsabilidade.

O que me parece que acontece hoje, deputado Hildécio, na Bancada do Partido dos Trabalhadores é uma torcida desenfreada para que o governo do presidente Michel Temer não dê certo. Mais uma irresponsabilidade, deputado Hildécio!

Se já não bastasse eles terem deixado um rombo de mais de R\$ 170 bilhões na economia do nosso País, eles querem que o atual governo – que aí está para recuperar o problema que eles criaram – também não dê certo. Não estão preocupados com os 12 milhões de desempregados que andam nos cantos e recantos do Brasil; não estão preocupados com os preços da energia, do combustível, do supermercado; não estão preocupados com as altíssimas taxas de juros.

É realmente lamentável perceber que boa parte dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores quer porque quer o poder a todo preço, a todo custo.

Eu vou ficar na torcida para que o governo do presidente Michel Temer dê certo, justamente para que possamos começar a recuperar os empregos perdidos. Se vai dar certo ou não, deputada Luiza Maia, nós iremos ver logo à frente, mas o que não dá é para vocês continuarem com a política do quanto pior, melhor.

Vou finalizar, deputado Carlos Geilson, dizendo que estou cheio de esperança de que este governo acerte e tire o País do caos em que o Partido dos Trabalhadores nos colocou.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. LUCIANO RIBEIRO:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nesta tarde, venho clamando e tentando trazer o debate para o que efetivamente está em pauta, para o que efetivamente queremos aqui fazer, e precisamos fazer, que é apreciar o que vamos votar.

É discutir aquilo para compreender, para, então, poder exercer o direito de fiscalização e de julgamento.

Pelo relatório e pelas contas que passaram pelo Tribunal de Contas, estou com a predisposição de votar contra, pela reprovação dessas contas.

Venho chamando ao debate para ser convencido de que a minha posição é errada, mas o que vejo são os deputados governistas desfilarem nesta tribuna e tratar de temas nacionais, que, hoje, aqui, não são essenciais, não são importantes e não estão na ordem do dia.

Precisamos destrinchar o que aqui está. Somos hoje julgadores, estamos aqui a cumprir hoje a nossa principal função, que, ao lado de legislar, é fiscalizar e votar as contas do Executivo. E é isso que queria debater, é isso que queria entender.

Vejo aqui, e li com muito cuidado, o parecer da conselheira Carolina Costa, que, embora tenha votado pela aprovação das contas, fez diversas ressalvas. Foram diversas incongruências, incoerências, levantadas pela própria relatora, que, ao final, opinou pela aprovação com tantas ressalvas.

Ainda há nas contas um voto em separado do eminente conselheiro Pedro Lino, trazendo outras tantas incoerências, incongruências, infringências à legislação específica, e esse voto em separado é pela reprovação das contas, pelos fatos que aqui estão.

Por essas razões – e aí quero voltar a analisar –, não posso admitir, não quero admitir e não devo admitir que o deputado aqui suba e diga que estamos votando as contas motivados apenas pela questão partidária.

Ora, assim não é. Estamos aqui trazendo elementos. Desde o primeiro dia em que falo dessas contas venho aqui fazer ressalvas técnicas.

Não há, em nenhuma das nossas manifestações, nenhuma motivação do nosso voto, da nossa apreciação, que não seja o estrito cumprimento do dever legal como parlamentar, como julgador daquilo que foi colocado aqui.

E por que não discutir? Disse aqui que me chamaram a atenção, na análise dessas contas, 3 elementos que acho essenciais e que por si sós seriam o bastante para

a reprovação. Um deles é o não-pagamento das emendas impositivas.

Ora, os governadores estão tripudiando sobre nós, sobre esta Casa. Tripudiando! Não respeitam a legislação por esta Casa criada, não respeitam a Constituição federal, não respeitam o mandato popular.

Não pagar a emenda impositiva é tolher o mandato parlamentar, é tolher a vontade popular aqui expressa na emenda constitucional que criou as emendas impositivas.

Está tripudiando, e nós estamos a aceitar de joelhos, todos em silêncio, calados, permitindo que o governador faça como se dele fosse o recurso público. “Pago quando quiser, se quiser, da forma que quero, porque o deputado depende do governador”.

Ora, as bases parlamentares existem, óbvio. É preciso dar sustentação às políticas públicas do Executivo, mas jamais permitir que sejam os deputados tripudiados. Por isso, é essencial que se paguem as emendas impositivas.

Outro ponto que aqui ressaltei foi a apropriação indébita que o governo, em 2014, fez dos recursos oriundos do ICMS e do IPVA que deveriam ser repassados aos municípios.

E por que foi uma apropriação indébita? Porque ele detinha aquela quantia, mas ela não lhe pertencia. Pertencia a outrem. Como estava em seu poder, o governo contabilizou como sendo dele. Isso é apropriação indébita de recursos públicos.

Quero ressaltar aqui o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. O art. 42 diz que não se pode deixar débito nas rubricas – nas rubricas! Então, não se pode cobrir débito de contas gerais com recursos vinculados.

Por essas razões técnicas aqui delineadas é que continuo convencido de que as contas devem ser rejeitadas.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Concedo a palavra ao nobre Líder do Governo e da Maioria, ou ao Líder do PT, para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelino Galo):- Com a palavra o deputado Paulo Rangel pelo tempo de 13 minutos.

O Sr. PAULO RANGEL:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, amigos da imprensa, hoje, nesta Casa, apreciaremos e votaremos as contas do ex-governador Jaques Wagner, a quem eu considero o melhor governador que a Bahia teve em todos

os tempos, que colocou a Bahia no prumo, trabalhou grandes projetos em todas as áreas: na área social, na área de infraestrutura e, dentro das nossas limitações, fez também um grande trabalho nas áreas econômica e financeira.

Inverteu prioridades, inverteu a lógica de investimentos do Estado da Bahia, com praticamente 90% de todo capital investido pelo Estado, voltado principalmente para o desenvolvimento industrial, aplicados aqui em Salvador e na Região Metropolitana.

Trabalhamos, a partir do governador Jaques Wagner, a descentralização desse processo.

A Bahia pôde comemorar o crescimento em várias regiões, acompanhado de crescimento social e com grandes realizações na área de infraestrutura, principalmente no que diz respeito à construção e conserto de estradas, investimentos em recursos hídricos, a partir do programa Luz para Todos.

Portanto, para nós, do Partido dos Trabalhadores, esse governo de tantas realizações deixa um legado importante, que é o que chamamos de legado imaterial, que foi a forma transparente, a forma ordeira, a forma honesta de aplicar os recursos públicos da Bahia. Apesar de críticas mínimas que houve, conseguimos atravessar 8 anos com o Estado da Bahia, com o governo da Bahia, fora das páginas policiais, fosse nos jornais da Bahia, fosse nos jornais de grande circulação nacional.

Hoje, vamos apreciar as contas desse governador. Contas desse governador que, quando eleito, nomeou para o Tribunal de Contas do Estado um companheiro nosso, ex-deputado estadual, Zilton Rocha, que, cumprindo a tarefa de conselheiro, teve a coragem de questionar pontos da prestação de contas do governador Jaques Wagner – mesmo com a nossa discordância. Nem por isso se exerceu qualquer pressão sobre esse conselheiro.

O governador sempre trabalhou de forma reservada, guardando – eu diria – uma certa distância daqueles que iriam apreciar e julgar tecnicamente as suas contas. Termina o seu trabalho de forma notável, principalmente no que diz respeito a como administrar recursos públicos no Estado da Bahia.

Agora, Sr. Presidente, estamos diante de mais uma prestação de contas do governador Jaques Wagner. Prestação de contas praticamente aprovada de forma consensual do ponto de vista técnico, mas que será julgada por esta Casa, pois, como sabemos, o Tribunal de Contas do Estado é um órgão auxiliar da Assembleia Legislativa. Do ponto de vista técnico, algumas falhas foram apontadas por um dos conselheiros. Entretanto, as contas do governador foram aprovadas.

Não vejo, deputado Paulo Câmera, que é um dos mais experientes, um dos parlamentares mais técnicos desta Casa, motivo algum para se discutir, polemizar e tentar adiar a votação, porque as contas do governador Jaques Wagner não serão rejeitadas aqui. No entanto, esse ponto não é consensual, ainda. E não é consensual – eu respeito – por motivações de ordem política, porque até algumas argumentações

técnicas, com todo respeito, deputado Luciano – não sei se V.Ex^a abordou nessa direção –, o voto em separado do deputado Luciano Simões, em um dos pontos, foi o não-cumprimento das emendas impositivas. A emenda impositiva foi criada no ano passado. Ela entrou no Orçamento do ano passado. Ela não tem nada a ver com o governo Jaques Wagner. Não estou dizendo que V.Ex^a disse nesse sentido, mas, se assim pensam alguns deputados nesta Casa, estão equivocados.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Darei em seguida um aparte a V.Ex^a.

(...) Vale algum questionamento dentro de uma visão de barganha neste momento? É legítimo. Agora, o que eu não posso entender, deputado Luciano, é a polêmica em cima de uma matéria como esta. Está aqui o presidente Marcelo Nilo, que testemunhou esse processo e presidiu, no primeiro ano do governador Jaques Wagner, a sessão em que, tendo maioria nesta Casa, aprovamos por unanimidade as contas do governador Paulo Souto. E assim se seguiu. Foram mais 3 contas que aqui chegaram. Mesmo tendo maioria, em nenhum momento nos passou pela cabeça prejudicar o governador Paulo Souto, que, pelo que conheço, é um homem honesto, um homem que saiu do governo da Bahia da forma como entrou.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. Adolfo Viana:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. PAULO RANGEL:- Darei um aparte ao deputado Luciano Ribeiro.

Eu diria que a política tem suas disputas. Esta é a Casa do contraditório. Mas esse não é um ponto que deve servir como parâmetro para que se faça qualquer tipo de disputa nesta Casa.

Portanto, quero chamar a atenção, nesse momento, à consciência dos companheiros da Oposição, para que trabalhassemos dentro da razoabilidade possível. E temos um líder de Oposição que é um dos mais razoáveis que conheço, o deputado Sandro Régis.

Com o aparte o deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Paulo Rangel, o que estou a aclamar há três semanas é exatamente esse debate sobre essas contas. Não podemos votar umas contas sem que haja o debate, sem que haja o confronto de ideias.

Tenho colocado três pontos que acho que precisam ser esclarecidos. O primeiro, da emenda impositiva; o segundo, da questão do art. 42, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que, na minha visão, foram deixados débitos de um mandato para outro, como já expliquei; e o terceiro foi sobre a questão dos valores arrecadados a título de ICMS e IPVA em 2014, que eram dos municípios, que são dos municípios e foram contabilizados como do Estado e que, com isso, supriu aquele débito. Esta Casa precisa fazer esse debate.

Não podemos aprovar contas falando de Lava-jato, precisamos falar das contas.

Por isso, quero parabenizar V.Ex^a por ter ido a essa tribuna travar esse debate com a Oposição, para que nós possamos aclarar os pontos, para que nós possamos buscar um entendimento de uma compreensão e poder fazer um juízo de valor e votar as contas.

Muito obrigado.

O Sr. PAULO RANGEL:- O.K., mas V.Ex^a concorda que se tivesse sido aplicado o instrumento da emenda impositiva no ano passado, estaríamos cometendo uma ilegalidade. Isso não entrou no orçamento do ano “trasado”, como dizem na minha terra, como dizem lá no sertão. Não tem nada que ver emenda impositiva.

O relatório do deputado Zé Raimundo é redondo, é um relatório de um deputado, como sabemos, estudioso, deputado aplicado, que já foi prefeito. Não vejo motivos, hoje, para esta Casa trabalhar qualquer polêmica nesse sentido, a não ser que fosse algo muito grave. Até concordo que V.Ex^a aponte pontos técnicos contraditórios, alguma não conformidade sempre vai acontecer.

Com o aparte o deputado Adolfo Viana.

O Sr. Adolfo Viana:- Deputado Paulo Rangel, V. Ex^a sabe do apreço e admiração que tenho por V. Ex^a. Deputado Luciano Ribeiro foi muito feliz quando colocou que existem pontos que precisam ser esclarecidos, e V. Ex^a também concorda com isso.

V. Ex^a usou um argumento, “quando assumimos o governo com Wagner, votamos, mesmo com maioria, nas contas do governador Paulo Souto.” Ora, se votamos nas contas do governador Paulo Souto, é porque elas mereciam ser aprovadas, o que não quer dizer que a do governador Jaques Wagner não mereça ser aprovada. Ela merece, sim, ser avaliada, e isso nós não podemos abrir mão. Não devemos votar favorável a ela porque naquele momento vocês votaram favorável à de Paulo Souto.

O que nós estamos pedindo aqui é justamente para que tenhamos condição de esclarecer alguns pontos, como bem disse o deputado Luciano Ribeiro, e acho que teremos condição de fazer esses esclarecimentos.

Então, quero dizer a V. Ex^a que não existe por parte da Oposição um objetivo de votar contrário às contas do governador Jaques Wagner simplesmente porque quer prejudicar um adversário político. Isso não seria e não é o perfil da Oposição. Agora, que precisam ser esclarecidos alguns pontos, isso não resta a menor dúvida.

O Sr. PAULO RANGEL:- Só para concluir, presidente, não conformidades também na prestação do governador Paulo Souto foram apontadas, e, por coincidência, é até meu amigo pessoal a partir do conselheiro Pedro Lino que, coincidentemente, é uma pessoa muito técnica, eu diria até uma pessoa muito preciosa, que faz análises com muito preciosismo.

É muito difícil não termos aqui um relatório que não venha apontando algum

tipo de não conformidade. Eu entendo o seguinte: se nós fizermos aqui esse embate, eu poderia até estar acovardado, deixar o desgaste acontecer. Não quero fazer isso, porque nós temos votos suficientes para aprovar! Contudo, seria injusto até com o governador Paulo Souto deixar que isso acontecesse aqui.

Acredito que esta Casa também deve prezar por um comportamento que seja o mais razoável possível. V. Ex^{as} têm o direito de obstruir o que quiserem, no momento em que quiserem, mas acho que este não é o momento ideal para que se trabalhe qualquer tipo de polêmica nesta Casa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Vou prorrogar a sessão pelo tempo de 5 horas. Os Srs. Deputados que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Conforme anunciado, em discussão única e votação o Projeto de Decreto Legislativo nº 2505/2016, que aprova as contas do Poder Executivo do Estado da Bahia. As contas já foram votadas na Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle, que é a única que vota.

Para discutir o deputado Sandro Régis.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Sandro Régis.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje a discussão foi muito grande em relação à questão das contas do ex-governador Jaques Wagner. Primeiro quero dizer da tranquilidade da Oposição, que em nenhum momento está politizando ou fazendo discurso para criar situações desconfortáveis. Estamos aqui em cima do voto em separado do conselheiro Pedro Lino, bem como de diversos votos dos conselheiros do Tribunal de Contas, que fizeram ressalvas mesmo votando favoravelmente.

O deputado Hildécio Meireles, que é auditor fiscal e um dos maiores conhecedores desse assunto nesta Casa, soube orientar a Bancada como esta deveria proceder sobre esse tema.

Trago, aqui, o primeiro item do DEA – Despesas de Exercícios Anteriores. Para se ter uma ideia, foram apropriados, em 2014, despesas no montante de 973 milhões. Com relação a essas despesas acima pronunciadas, a despesa do ano anterior para o ano posterior, ou melhor, de 2014 para 2015, os gastos com Regime Especial de Direito Administrativo foram 30,15% maior.

O Sistema de Caixa Único. Foram recolhidos diversos recursos tanto das taxas do Detran, quanto do IPVA para repassar para os municípios, e o governo reteve esses recursos e não repassou. Isso caracteriza a pedalada fiscal! Nós temos aqui diversos argumentos que nos dão conforto de fazer a separação do discurso político e do discurso técnico.

O Sr. Hildécio Meireles:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo um aparte ao deputado Hildécio Meireles.

O Sr. Hildécio Meireles:- Meu nobre deputado Sandro Régis, uma coisa nós temos de ter a hombridade, para sermos verdadeiros nos nossos pronunciamentos. V.Ex^a afirmou muito bem, quando disse que nós não estamos aqui para fazer simplesmente um julgamento político, dar um voto político. Nós temos de ter a responsabilidade de cumprir com uma das duas tarefas primordiais do Parlamento, que é a fiscalização das contas do Poder Executivo. E esse é um momento, exatamente, para abrimos esse debate.

Evidentemente que os deputados da Base do Governo vão, de toda sorte, tentar dirimir as dúvidas que, porventura, nós, da Oposição, levantemos. De modo que se formos convencidos de que eles têm razão não vejo problema em se votar a favor das contas do governo. Agora, se pairarem dúvidas também é nosso direito, nossa obrigação dar nosso voto de protesto, votando contras as contas do governo relativas ao exercício de 2014.

Portanto, seguiremos a orientação de V. Ex^a, que está de parabéns pelo início do seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Um aparte, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo aparte ao deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- Deputado Sandro Régis, agradeço-lhe pelo aparte.

O que sempre tenho buscado neste Parlamento é, exatamente, a discussão, para que possamos conhecer as matérias. Mas nós temos sido privados das discussões aqui.

Vejam bem quanta razão eu tenho quando digo isso. Bastou que o deputado Paulo Rangel subisse à tribuna para que eu levantasse três pontos que achei interessantes e que eram bastantes para convencer o meu voto pela reprovação. Com sua sabedoria e inteligência, o deputado Paulo Rangel dos três pontos conseguiu esclarecer um. Efetivamente ele tem razão com relação às emendas impositivas.

Tive o cuidado de mandar buscar, depois do pronunciamento dele, a emenda constitucional que instituiu as emendas impositivas. Elas são de 2014, portanto, só poderiam entrar no Orçamento de 2015. Daí que elas não poderiam, efetivamente, comprometer essas contas. É por isso que o debate é importante.

Quero, aqui, dizer que haviam três pontos que me convenciam a votar contra as contas. Um já foi desfeito por um simples esclarecimento feito no pronunciamento do deputado Paulo Rangel, que me deixou convencido. Mas restam dois pontos e gostaria de ser convencido.

Agradeço a V. Ex^a pelo aparte.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Eu gostaria, deputado Luciano Ribeiro, sinceramente, de que no decorrer dessas discussões a Bancada do Governo, os deputados do Governo que têm mais intimidade com esse assunto nos convencessem nos outros dois pontos que estamos questionando, que são as Despesas de Anos Anteriores - DEA e a questão do limite prudencial.

Quero deixar bem claro que em momento algum os deputados da Oposição estão querendo, deputado Euclides, fazer algum discurso político, algum discurso que venha a macular a imagem de alguém. O nosso voto está sendo formulado em cima dos pareceres do Tribunal de Contas do Estado.

O deputado Paulo Rangel já esclareceu um ponto agora, e se no processo de votação vocês tiverem a capacidade de apontar aos deputados da Oposição que estamos equivocados tenho certeza que teremos a humildade de reconhecer e também daremos o voto a favor.

Agora o que estamos querendo aqui é votar com nossa consciência. O que estamos querendo aqui, e propondo, é ter a certeza de que o nosso voto será dado em prol da sociedade. Foi por isso que eu pedi mais cedo ao deputado Rosemberg e ao deputado Zé Neto que retirassem essas contas hoje, que essas contas fossem votadas na semana que vem, para que se pudesse debater mais, para que até possamos ir ao Tribunal de Contas do Estado, para que a Oposição tivesse o conforto de como dar o voto.

Mas, não, mais uma vez o governo é irredutível. O governo acha, porque tem a maioria na Casa, que não precisa ter diálogo com a Minoria. O governo acha, porque tem uma bancada de deputados suficiente numericamente para aprovar, que não precisa abrir o debate.

Quero dizer que a Bancada da Oposição buscou o debate todo o dia de hoje. Diversas vezes conversamos com Rosemberg, com Zé Neto, porque em momento algum usamos o nosso mandato para perseguir, para dar votos que fossem para prejudicar alguém, não. Estamos votando de acordo com a nossa consciência. Estamos votando de acordo com o parecer do conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. E se o governo tiver a capacidade de nos mostrar que o que estamos aqui questionando é um equívoco nosso, tenho certeza que a nossa Bancada terá a maturidade de reconhecer e dar o voto.

Só que não é isso o que o governo faz.

O Sr. Pablo Barroso:- Um aparte, Líder.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Se o governo, deputado Pablo, Líder do DEM, tivesse realmente a convicção de que estamos errados e eles certos estenderiam essa discussão para a próxima terça-feira, para sentarmos para discutir as contas. Mas, não, eles não fazem questão de debater com a Oposição. Infelizmente, se não há debate, não há discussão, e se não há discussão não existe um denominador comum.

Com o aparte o Líder do DEM, deputado Pablo Barroso.

O Sr. Pablo Barroso:- Líder Sandro Régis, quis apartear-lo só para relatar a felicidade que tenho em ser seu liderado e participar desta Bancada, porque em momento algum os deputados da Oposição misturaram a questão política com essa relação das contas que serão votadas, talvez, hoje.

Com bastante responsabilidade com a pessoa do ex-governador, mas também, e principalmente, com o Estado da Bahia, olhando o relatório dos conselheiros do Tribunal de Contas, estamos dispostos a discutir aqui todas as matérias, e como em todas as matérias que estiveram aqui no ano passado e neste ano sempre votamos a favor da Bahia, levando em conta o que precede, o que diz a lei.

Então, eu só queria parabenizá-lo por este discurso, e aproveitar para pedir ao Líder do Governo, mais uma vez, que tenha sensibilidade e ouça os deputados da Oposição, que sempre pedem para que sejam discutidas as matérias e que não elas sejam levadas de forma açodada.

Essa matéria era para ser votada aqui há duas semanas, mas essas duas semanas não foram usadas para se discutir. E nós estamos com pontos aqui que são questionados. Se até os conselheiros do Tribunal de Contas tiveram dúvidas e levantaram questões, algumas, inclusive, com ressalvas, por que nós não faremos?

Então, cuidado com esse tempo, essa aceleração, essa pressa, senão estaremos aqui a ouvi-los, mas não estamos obrigados a votar hoje só porque a Bancada do Governo quer, sem se ter a devida discussão sobre um assunto tão sério. Porque se votarmos as contas do jeito que estão aqui, sem o esclarecimento devido, Líder, estaremos também abrindo um precedente para que outras contas sejam votadas com tamanhas dúvidas como as dessas aqui, de 2014.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Quero agradecer o aparte de V.Ex^a, deputado Pablo, e, ao mesmo tempo, parabenizar pelo grande ganho que V.Ex^a trouxe à sociedade baiana na questão do aumento abusivo nas tarifas de água da Embasa. V.Ex^a mostrou que o seu mandato está, realmente, a favor da Bahia e a favor dos baianos, pois o seu compromisso é com todo o cidadão deste Estado.

Então, parabenizo V.Ex^a, deputado Pablo Barroso, pela grande vitória que V.Ex^a traz a todos os baianos do nosso Estado.

O Sr. Alan Sanches:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputado Sandro, para mim, é um privilégio estar

aparteando V.Ex^a, pois, pelo segundo ano consecutivo, V.Ex^a lidera muito bem esta Oposição e, por justiça, foi reconduzido a esta mesma posição e, sempre, tenta fazer a composição. Até este momento, qual seja, às 18 horas, nós não conseguimos fazer um acordo em relação a isso.

Acho que o Líder Zé Neto tem toda a condição de construir este consenso e, para isso acontecer, basta ele ter a boa vontade.

Eu, inclusive, tenho toda a boa vontade de votar. Gosto muito do governador Jaques Wagner, pois ele é uma pessoa de bem. Mas estamos falando de uma outra coisa. Independente de Paulo Souto, pois isso não tem nada a ver com Paulo Souto. Não é o mérito da questão falar sobre isso aqui.

Agora, acho o seguinte: o deputado Zé Neto, como Líder do governo, tem toda a condição para construir este consenso. E a bola, agora, está com ele.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Eu quero, aqui, incorporar o aparte de V.Ex^a ao nosso pronunciamento.

E, ali, está o presidente Marcelo Nilo, mas não sei se ele escutou os apartes da nossa bancada com o Líder Rosemberg.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ouvi atentamente, deputado.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Eu quero dizer, aqui, deputado Marcelo Nilo, que existem 3 pontos nesta conta que nós estávamos discordando. Quanto a um dos pontos, o deputado Paulo Rangel já nos esclareceu. Mas existem dúvidas em mais dois pontos. Eu conversei, durante a tarde toda, com o Líder do PT, Rosemberg Pinto, e com o Líder da Maioria, o deputado Zé Neto.

Não entendo a diferença de V.Ex^a tentar, juntamente às pessoas capacitadas do governo do Estado, sentar com a Bancada da Oposição para discutirmos estes dois pontos, porque podemos estar equivocados assim como V.Ex^a, também, se equivoca.

Agora, o que V.Ex^{as}. não querem é discutir conosco.

Eu falei com o deputado Zé Neto desde cedo e pedi a ele para voltar com essas contas na próxima terça-feira a fim de nós discutirmos. Vejam, se eles conseguirem convencer a Oposição, nós votaremos a favor.

Rosemberg sabe do meu esforço. E isso, aqui, presidente, tenha certeza, não é discurso político não! Rosemberg é testemunha do esforço que nós fizemos. Fizemos diversos esforços! Mas, também, tem de ter o esforço do governo, repito, tem de ter o esforço do governo!

Agora, V.Ex^{as} querem usar situações para deixar a Bancada da Oposição desconfortável. Tenham certeza de que nós não estamos desconfortáveis, até porque estamos votando em cima do que nos foi apresentado. E quanto ao que nos foi apresentado, existem dúvidas. E em relação a essas dúvidas, nós estamos dispostos a

sentar, a conversar e a esclarecer.

Deputado Hildécio, V.Ex^a é o líder deste assunto de contas públicas em nossa bancada.

Logo, para este consenso acontecer, o governo tem de ter interesse ou, então, o governo tem a convicção de que o que está apontado nas contas, realmente, não tem o que explicar e prefere se omitir. Como o governo tem a maioria nesta Casa, o governo prefere fazer a votação política. Por conseguinte, o governo não pretende fazer a discussão técnica dessas mesmas contas.

Em nenhum momento, a nossa bancada se esquivou ou criou qualquer tipo de dificuldade para fazer a discussão das contas, a fim de tentar chegar a um denominador comum.

Porém, infelizmente, o governo, mais uma vez, por ter a sua maioria nesta Casa, pensa poder fazer tudo e não precisa conversar com ninguém e não precisa abrir o diálogo.

O governo tomou a sua atitude.

E nós, da Oposição, tomaremos a nossa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador e nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Hildécio Meireles pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, é importante, caro Líder Sandro Régis, estabelecermos uma verdade. Estamos avaliando e julgando as contas do governo da Bahia relativas ao exercício de 2014. Não estamos julgando as contas do Sr. Jaques Wagner, mas as contas do governo. Talvez esta seja uma das funções mais importantes tarefas deste Parlamento. É bom que isso fique muito claro.

Inclusive, vi o deputado Alan Sanches se referir ao ex-governador Jaques Wagner, que era prefeito durante o período em que ele era governador. Tivemos a oportunidade, inclusive, de inauguramos obras juntos, lá, em nosso município. Isso é uma coisa.

Outra coisa é o nosso dever constitucional de julgarmos as contas do governo da Bahia relativas a 2014. Não são as contas pessoais de nenhum governador.

Quero discordar de alguns deputados que me antecederam quando falaram que as contas do governo da Bahia, relativas àquele exercício de 2014, são contas perfeitas com pequenos reparos a serem feitos. Eles disseram que, talvez, estas contas sejam uma das mais probas que já passaram aqui para se julgar.

Discordo e, até, repito o que foi feito pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia. Diria, até, que o parecer do Tribunal de Contas do Estado, de certa forma, pelo seu próprio relatório, terminou sendo uma peça benevolente, porque o parecer do TCE faz, apenas, caro deputado Fábio Souto, 53 ressalvas; faz, ainda, 38 determinações e faz mais 24 recomendações.

Portanto, este é um parecer de um órgão técnico como o Tribunal de Contas do Estado relativas a uma conta que tem 53 ressalvas, 38 determinações e 24 recomendações. Não podemos considerá-las como algo simplório ou como uma conta perfeita.

Entendo que o debate e a discussão, aqui, são importantes. Creio que todos nós, ao defendermos as nossas ideias, a primeira coisa que temos que ter é a humildade para reconhecer a realidade. A partir daí, deve-se estabelecer o debate e o contraditório.

Evidentemente, não vou discorrer durante o tempo de 20 minutos quando só me restam 16. Não vou discorrer sobre as 53 ressalvas, nem sobre as 38 determinações e, muito menos, sobre as 24 recomendações.

Mas alguns pontos merecem reparos, pois são importantes e, por conseguinte, grifamos para comentar e debater com V.Ex^{as}.

Alguém falou sobre a transparência das contas do governo da Bahia relativas ao exercício de 2014. Com relação à transparência, é importante fazermos alguns comentários. Quanto a um dos itens que o Tribunal de Contas ressaltou, ele fala da não publicação do rol das informações exigidas pelo art. 24 da lei estadual nº 12.618 de 2012.

É aquele dispositivo legal, que obriga a autoridade máxima de cada órgão ou entidade estadual, a publicar anualmente em site à disposição na internet e destinado à veiculação de dados e informações administrativas nos termos do regulamento.

Nós vamos mais adiante e vamos ver aqui, meu nobre deputado Alex Lima, que nesta hora preside esta sessão, a não implantação e efetiva regulamentação do comitê gestor de acesso à informação em desrespeito ao art. 28, no caput do § 6º da mesma lei 12.618.

Olhe que palavra simples que dá para entendermos do que se está falando. Não implantação e efetiva regulamentação do comitê gestor de acesso à informação, em desrespeito ao art. 28 daquela lei.

A não divulgação dos vencimentos dos servidores civis e militares, bem como dos proventos dos agentes públicos aposentados e dos pensionistas, configurando clara transgressão ao princípio da transparência.

E aí segue: naquelas mesmas contas não foram observados os limites constitucionais e legais. Não foram adotadas as providências quanto à abertura de conta bancária específica, destinada à movimentação dos recursos vinculados.

Nós já estamos agora, meu caro deputado Fábio Souto, discutindo um outro item, não é mais o problema da falta de publicidade e, sim, a falta de cuidado com o manuseio dos recursos públicos quando o governo, em 2014, não se deu ao trabalho de fazer a abertura de conta bancária específica destinada à movimentação dos recursos vinculados.

A gestão orçamentária, financeira e patrimonial também traz uma série de irregularidades. Temos, por exemplo, a ausência de mecanismos de apropriação de custo entre os programas do governo inobservando o disposto no Art. 50, § 3º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A subavaliação das despesas, período, mês e ano da sua efetiva realização ferindo o princípio da competência. Esse é um dos pontos que eu quero chamar a atenção das Sr^{as} e Srs. Deputados, que é exatamente o manuseio de forma errada com que o governo da Bahia, no ano de 2014, procedeu. E aí nos trouxe já para as contas de 2015, um valor de R\$ 1 bilhão e 600 milhões, que nós chamamos de despesas de exercício anteriores. Isso corresponde, deputado Fábio, cerca de 4% do valor total do orçamento de 2015. Esse valor de R\$ 1 bilhão e 600 milhões, foi pago a título de despesa de exercício anteriores e que nenhum de nós aqui, sabe no que de fato foram aplicados esses recursos.

Aliás, eu quero aproveitar para cobrar do presidente desta Casa, é uma pena que ele não está aqui presente agora, quanto a liberação das senhas de acesso ao Sistema Mirante que o presidente do TCE já liberou há cerca de quatro meses e até hoje não temos informação por parte da Mesa Diretora desta Casa no que se refere à liberação dessas senhas. Talvez, se nós tivéssemos essas senhas ao nosso dispor fosse mais fácil, hoje, fazermos essa avaliação e saber, sim, onde foi aplicado aquele valor de R\$ 1 bilhão e 600 milhões, que foram pagos a título de despesa de exercício anterior, e ninguém sabe.

Aliás, em uma das reuniões aqui com o secretário da Fazenda que veio apresentar o demonstrativo quadrimestral em 2015, eu o indaguei a que se referia aquele valor. Ele, simplesmente, disse que foram obras que não poderiam parar. Aí ele acabou de atestar que infringiu frontalmente a Lei de Responsabilidade Fiscal, portanto, cometeu uma irregularidade que eu diria grave. Uma irregularidade grave quando pagou despesas de exercícios anteriores, sem sequer observar as determinações legais para se instaurar um processo administrativo, de forma que ficasse claro onde é que foram aplicados aqueles recursos.

Tentando ainda, meu nobre deputado Luciano Ribeiro, o governo, naquele exercício de 2014, fugir do índice prudencial de gasto com o pessoal, simplesmente empurrou despesas de pessoal, pagamento de pessoal para o exercício seguinte, que foi o exercício de 2015. E vejam V. Ex^{as}, que o governo não pagou, até 31 de dezembro de 2014, aproximadamente R\$ 300 milhões em valores relativos a pagamento de pessoal, e logo, logo, no dia 5 de janeiro do ano seguinte, o novo governo efetuou aquele pagamento. Nunca vi rapidez tamanha! Aí está a prova, que

apenas se empurrou o pagamento daquele exercício para o exercício seguinte, com o intuito de fugir do limite prudencial de gastos com o pessoal.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Eu teria aqui uma série de coisas que poderíamos discutir, mas prefiro abrir o debate e conceder um aparte ao nobre deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputado Hildécio, eu queria parabenizá-lo por fazer essa análise técnica do governo do Estado da Bahia e, de uma forma muito importante, para que esta Casa possa avaliar se vamos votar a favor ou contra as contas do governo Wagner. O que pudemos observar é que muita coisa foi maquiada para que possamos ter aprovado e ter feito o que o Estado fez no seu último governo.

Ora, esta Casa, mais uma vez, tem a praxe de aprovar as contas do governador do Estado, como foi dito aqui, aprovou as contas do governador Paulo Souto. Mas as contas do governador Paulo Souto não tinha essa maquiagem que nós passamos a observar dentro do contexto dessas contas. E o que o governo Wagner fez aqui, foi o que o governo Dilma fez: deixou de pagar os repasses para as prefeituras, deixou de pagar as emendas parlamentares, deixou de passar os recursos que eram de direito dos prefeitos naquele último ano para poder fazer o acúmulo de recursos nas suas contas.

Portanto, deputado Hildécio, quero parabenizá-lo e dizer que a Oposição está atenta a isso e nós estamos vendo esses pequenos detalhes, que, para a população, isso passa em branco – é mais uma conta de um governador que se passa –, mas nós estamos pontuando aqui, aquilo que realmente está errado, para que a população da Bahia saiba o que está acontecendo.

Muito obrigado pelo aparte.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Sidelvan.

Continuo aqui fazendo algumas observações do nobre deputado Sandro Régis, e vou citar, aqui, mais um procedimento que eu diria de grave irregularidade por parte do governo da Bahia relativa àquele exercício.

No controle dos recursos por fontes em seu sistema de Caixa Único houve, de certa forma, um relaxamento quando a gestão daquele exercício transferiu recursos entre as contas de forma equivocada. Até recursos de fontes vinculadas por vezes foram suprir as contas, por exemplo, de recursos do Tesouro, porque aquelas contas estavam negativas, e não podiam estar. Aí o governo faz aquele jogo: tira de uma conta e coloca em outra, como se fosse um caixa de armazém de ponta de rua.

' Não é assim que se trata a coisa pública; não é assim que se trata os recursos públicos....

O Sr. Luciano Ribeiro:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- (...) Poderia dizer aqui uma série de outras irregularidades, mas vou preferir conceder um aparte ao nobre deputado Luciano Ribeiro.

O Sr. Luciano Ribeiro:- V. Ex^a, deputado Hildécio, como conhecedor profundo dessa matéria discorre de forma bem esclarecedora sobre os pontos que ainda nos restam dúvidas. E V. Ex^a terminou de falar sobre essa questão do saldo de contas vinculadas para cobrir débitos da Conta Única do Estado, que é uma irregularidade que fere frontalmente o art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Qualquer prefeito que tivesse feito isso teria suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Isso é regra do TCM, todos os seus conselheiros opinam pela rejeição.

Também tenho ressaltado a questão da arrecadação dos recursos do ICMS e IPVA, com competência do mês de dezembro de 2014. Nós sabemos que a contabilidade pública adota o regime de competência, não é o regime de caixa. Ou seja, o dinheiro estava efetivamente na conta do Estado, porque ele era arrecadador, em nome de terceiros, desse recurso. Mas o Estado se apropriou do recurso do município como se dele fosse, indebitamente. Contabilizou como dele, e isso construiu uma mágica para cobrir déficit das suas contas. E o que se agrava nisso tudo é que era ano de eleição, último ano de governo.

Por isso que eu queria ser convencido de que estou com o pensamento errado em relação a esses pontos, assim como fui convencido pelo deputado Paulo Rangel quanto à questão das emendas impositivas.

Parabéns a V. Ex^a pelo brilhante discurso que realiza nesta tarde.

O Sr. HILDÉCIO MEIRELES:- Obrigado, deputado Luciano Ribeiro.

Para concluir, quero ainda apenas observar mais um detalhe, deputado Sandro Régis, com relação ao valor das despesas de exercícios anteriores. Na verdade, não se trata de 950 milhões, mas de R\$ 1,6 bilhão, que foi pago em 2015. E quero chamar a atenção para mais um detalhe: em 2016, as contas do governo do Estado já apresentam um montante de despesas de exercícios anteriores de mais de um R\$ 1,1 bilhão. Então é provável que esse valor se trata ainda de despesas relativas a 2014.

Portanto, quero concordar com o Líder da nossa Bancada, deputado Sandro Régis, no sentido de que o governo até retirasse de pauta esta votação, ou seja, o julgamento dessas contas hoje, para que possamos implementar um debate de modo que se venha a esclarecer esses assuntos que aqui têm sido discutidos, observados, determinados e recomendados pelo Tribunal de Contas do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Pablo Barrozo.

O Sr. Sandro Régis:- Ausente.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Com a palavra o deputado Marcelino Galo. (Pausa) Na sua ausência, com a palavra o deputado Bira Corôa. (Pausa) Com a sua desistência, com a palavra o deputado Rosemberg. (Pausa) Com a palavra o deputado Adolfo Viana. (Pausa) Na sua ausência, com a palavra o deputado Sidelvan Nóbrega. (Pausa) Com a sua desistência, com a palavra o deputado Zé Raimundo. (Pausa) Com a sua desistência, encerrada a discussão.

Em votação.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, questão de ordem para encaminhar o voto da Bancada.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Ninguém se inscreveu para encaminhar.

Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, como o projeto já foi colocado em votação, quero que V.Ex^a faça uma verificação de quórum de votação para ver como a Casa vai se posicionar sobre esse assunto.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Paulo Rangel.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, quero, inicialmente, convocar todos os deputados, principalmente os da base do governo, para se fazerem presentes, já que existe neste momento uma solicitação de quórum de votação.

Quero também aproveitar para elogiar o comportamento da Oposição, que, mesmo colocando alguns questionamentos, optou por não obstruir nesta noite. Então a aprovação das contas do ex-governador Jaques Wagner depende única e exclusivamente de quórum. Pedimos aos Srs. Deputados que estão no cafezinho, em seus gabinetes, na Biblioteca para se fazerem presentes a este recinto, pois temos um pedido de verificação de quórum de votação e precisamos de 32 Srs. Deputados.

Sr. Presidente, gostaria de que V.Ex^a acionasse as campainhas, desse o tempo de 25 minutos, zerasse o painel e fizesse uma chamada nominal.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Defiro a questão de ordem de V .Ex^a.

Solicito que zerem o painel e contem o tempo regimental de 25 minutos.

O Sr. Sandro Régis:- Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Alex Lima):- Questão de ordem, deputado Sandro Régis.

O Sr. Sandro Régis:- Quero aqui, deputado Paulo Rangel, registrar a V.Ex^a e à Bancada do governo que em nenhum momento tivemos a intenção de politizar este assunto. A prova de que não estamos politizando é que não estamos fazendo nenhum tipo de obstrução.

Daremos o nosso voto contrário porque entendemos que não fomos convencidos em relação a essas contas. Mas quero registrar que a Oposição não quis

politizar esse assunto em nenhum momento, tanto que retiramos todos os nossos oradores inscritos para que, assim, o projeto seja votado. Se o governo tiver quórum e maioria, ele vota a favor; e a Oposição vota de acordo com a sua consciência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, quórum de votação.

Deputado Sandro Régis, por favor, marque sua presença, porque V. Ex^a já falou durante os 25 minutos da verificação de quórum.

(O Sr. Presidente procede à chamada nominal.) (Pausa)

(O Sr. Presidente Marcelo Nilo procede a chamada dos ausentes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já há quórum, vou colocar em votação. Como os Líderes recomendam as suas Bancadas?

O Sr. Zé Neto:- Recomendo, sim.

O Sr. Sandro Régis:- Recomendo, não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem quiser votar favoravelmente às contas do ex-governador Jaques Wagner, vota, “sim”. O contrário, vota, “não”.

Em votação. São 25 minutos.

O Sr. Paulo Rangel:- Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado.

O Sr. Paulo Rangel:- Sr. Presidente, estou fazendo essa questão de ordem para continuar convocando os Srs. Deputados, principalmente da Base do Governo a se fazerem presentes a este recinto. Nós temos até o momento 34 Srs. Deputados, precisamos que a Base do Governo se faça presente para que possamos aqui aprovar as contas do ex-governador Jaques Wagner. Solicitamos que os Srs. Deputados que estão no cafezinho, em seus gabinetes, na biblioteca fazendo pesquisas para realização de projeto que se façam presentes, a fim de procedermos à votação das contas do ex-governador Jaques Wagner.

Quero enfatizar que dependemos apenas de um quórum mais qualificado para que possamos votar as contas do ex-governador Jaques Wagner. Fazemos um apelo, temos ainda 1 minuto para melhorar o quórum e os Srs. Deputados se fazerem presentes o mais rápido possível.

(O Sr. Presidente procede à chamada dos ausentes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou encerrar a votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 2.505/2016. Aprovado, Sim-33; Não-13; Abstenção-1. Portanto, aprovadas as contas do governador Jaques Wagner.

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 2.505/2016

Aprova as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia do exercício de 2014.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA:

Art. 1º – Ficam aprovadas as Contas do Poder Executivo do Estado da Bahia relativas ao exercício de 2014.

Art. 2º – Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 07 de abril de 2016.

Deputado Zé Raimundo

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Agradeço a presença de todos e declaro encerrada a sessão.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-parlamentar/sessoes-plenarias.php>. Acesse e leia-as na íntegra.